

Quem disse ?

«Vivemos numa economia de mercado mas não numa sociedade de mercado», declarou recentemente Lionel Jospin. As suas palavras recordam que a sociedade não se constrói a partir do mercado, mas a partir do cidadão.»

Carlos Fuentes
Visão, 18 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1012 25 MARÇO 1999 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Cimeira de Berlim

Evitar o impasse na construção europeia

Nos dois dias da cimeira extraordinária do Conselho Europeu de Berlim, que hoje termina, o papel mais importante de Portugal passa por tentar aproximar os «Quinze» Estados-membros, evitando uma situação de impasse no processo de construção europeia. Como sublinhou o primeiro-ministro antes de partir para a República Federal da Alemanha, o Governo português «recusa-se a encarar as negociações da Agenda 2000 de uma forma puramente contabilística», integrando todos os seus pontos numa perspectiva global e europeia.

Nas negociações sobre as perspectivas financeiras da União Europeia para o período entre 2000 e 2006, Portugal recusará o fim dos fundos de coesão, até porque o efeito redistribuidor deste programa beneficia sempre o próprio contribuinte líquido, dinamizando a respectiva economia. Por outro lado, no caso nacional, sobretudo nos últimos anos, registaram-se progressos ao nível macroeconómico sempre superiores à média da União Europeia, razão pela qual este processo de desenvolvimento não deverá ser interrompido. Também como lembrou António Guterres, «as políticas estruturais da União Europeia são essenciais até para o combate ao desemprego», fenómeno que afecta mais os países da Europa do Norte do que Portugal.

Em Berlim, Portugal irá bater-se igualmente pela aplicação de critérios de prosperidade nacional na distribuição dos fundos e pela concessão de um regime de transição à Região de Lisboa e Vale do Tejo, deixando de forma faseada o objectivo 1 dos programas comunitários.

No domínio da reforma da Política Agrícola Comum, o Governo defenderá o apoio à especificidade da agricultura portuguesa e o acesso a fundos de desenvolvimento rural.

CRAVINHO ANUNCIA 850 MILHÕES DE CONTOS EM NOVAS ESTRADAS



O ministro do Planeamento, João Cravinho, anunciou que o Governo vai lançar ainda este ano vários concursos públicos para a construção de estradas, no valor de 850 milhões de contos.

Referindo-se aos concursos que serão lançados em breve pelo Conselho de Ministros, João Cravinho referiu os troços do IP1 entre Ponte de Lima, Viana do Castelo e Caminha, e do IP9 entre Braga e Guimarães. Os concursos abrangem ainda o troço de estrada entre Sintra/Alcabideche e a CRIL, a ligação entre Marinha Grande, Figueira da Foz e Mira, o troço do IC24 entre Espinho e Felgueiras e o troço do IC1 entre Torres Vedras, Carregado e Marateca.

Sociedade & País

Helena Roseta lembra Mulher tinha antes de Abril estatuto de subcidadania



«A mulher portuguesa tinha antes do 25 de Abril um estatuto de subcidadania», lembrou no dia 20 Helena Roseta.

A deputada do PS falava num debate subordinado ao tema «25 anos depois, que caminho para a igualdade», organizado pela Junta e Assembleia de Freguesia da Penha de França.

PS

Apresentação dos Candidatos ao Parlamento Europeu

Com a presença de **Mário Soares** e **António Guterres**

Sábado, 10 de Abril, 18.30h
Pavilhão 4 da FIL
Parque das Nações
Lisboa





A verdade da PAC

Apesar de Portugal ter votado contra o acordo de princípio alcançado, dia 12 de Março, pelos ministros da Agricultura da União Europeia sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), o certo é que os resultados alcançados são globalmente positivos para o nosso país.

A pretensão de obter 100 mil hectares suplementares de área de cultivo para o trigo duro, bem como a não satisfação de um pedido de tratamento de excepção para a reposição de quotas da quota nacional de tomate por causa do mau tempo e a eliminação do artigo do regulamento sobre Desenvolvimento Rural que abria caminho a uma maior justiça social na distribuição das ajudas agrícolas, foram as três principais razões para o não de Capoulas dos Santos.

Mas se nestes três aspectos o ministro não conseguiu trazer para Portugal o pretendido, isto não significa que o nosso país não tenha capacidade negocial junto das instâncias comunitárias da União Europeia. Capoulas dos Santos demonstrou que Portugal sabe o que quer, tendo por isso conseguido obter acordos significativamente importantes em áreas como as dos cereais, do vinho, do leite e dos bovinos.

Para que conste e para que não restem quaisquer dúvidas, o ministro da Agricultura conseguiu no capítulo dos cereais um aumento de 22 por cento do subsídio por tonelada e um aumento de 60 mil ha da área de regadio. Relativamente ao vinho, ficou garantido um aumento, para novas plantações de 23 700 ha, incluindo novas plantações e recuperação de direitos perdidos. Ainda nesta área ficou acordado uma verba de 6,1 milhões de contos/ano para a reestruturação de vinhas e proibida a importação de mostos de países terceiros para vinificação.

A quota do leite sofreu um aumento de 28 mil toneladas e garantiu-se a possibilidade de Portugal redistribuir as 200 mil toneladas, com direito a prémio, não utilizadas. Ficou igualmente acordado a atribuição por cada tonelada produzida (quota) de um prémio entre 1150 e 3440 escudos a partir da entrada em vigor da reforma e até ao ano 2006. No chamado «envelope nacional» garantiu-se mais 2,9 milhões de contos, por ano, para distribuição pelos produtores de acordo com critérios a definir por Portugal.

Finalmente, na área dos bovinos ficou garantida a existência de mais 12 672 vacas aleitantes com direito a prémio. Este prémio estende-se também a mais 20 178 novos bovinos machos. Relativamente ao aumento das ajudas acordou-se para as vacas aleitantes um acréscimo de 11 mil escudos, para os bovinos machos, 15 mil escudos e para a pecuária extensiva 20 mil escudos.

Ficaram ainda garantidos os seguintes prémios de abate: 16 mil escudos por bovino adulto e 10 mil escudos por vitelo. Finalmente, no chamado «envelope nacional», estão garantidos mais 1,9 milhões de contos para distribuição pelos produtores de acordo com os critérios nacionais.



OBSESSÃO DA AD CONTRA AS EMPRESAS PÚBLICAS

«O Governo revela uma atitude verdadeiramente obsessiva contra o sector público da economia que só pode ter origem em razões de preconceito ideológico», denunciava o camarada António Constâncio, então deputado, numa intervenção no decorrer do debate na AR do Plano e Orçamento apresentados pela AD.

Na brilhante intervenção, que o «Acção Socialista» reproduzia na página 9 da sua edição de 26 de Março de 1981, Vítor Constâncio, fiel aos valores socialistas, defendia o sector público da economia, contra os vorazes apetites da direita, que nunca se conformou que os sectores básicos da economia estivessem nas mãos do Estado.

A direita, desde sempre, manipulou, distorceu a verdade, tendo como objectivo último a restauração capitalista e a entrega de empresas públicas rentáveis ao sector privado.

Par a direita e para alguns pós-modernos, o Estado deve a pouco e pouco demitir-se das suas responsabilidades e entregar à mão invisível do mercado essa tarefa.

J. C. C. B.

26 de Março

Quem disse?

«O País necessita de um sector público dinâmico que possa desenvolver sectores básicos de industrialização e manter o nível de investimento, independentemente de considerações de avaliação privada sobre o clima de investimento.»

Vítor Constâncio



Barros Moura deixa PE

O eurodeputado socialista Barros Moura comunicou no dia 24 ao secretário-geral do PS, camarada António Guterres, que não pretende recandidatar-se ao Parlamento Europeu (PE) nas eleições de Junho próximo.

Barros Moura, que desenvolveu um trabalho notável no PE, manifestou ainda o desejo de «regressar à vida política activa no sistema político interno, com as responsabilidades apropriadas, para apoiar o projecto e o Governo do PS e da Nova Maioria». Numa nota à Comunicação Social, Barros

Moura exprime ainda o desejo de que «a actividade do Parlamento e dos deputados europeus seja mais visível em Portugal e, sobretudo, mais coordenada e articulada com a actividade política, partidária e parlamentar interna».

Segundo Barros Moura, «a eleição de Mário Soares para o PE contribuirá para um tal objectivo de democratização da União Europeia e de reforço da eficácia da intervenção dos representantes portugueses, a todos os níveis, nas instituições e órgãos da União Europeia».

O fim das cauções Empresas devolvem 25 milhões de contos aos consumidores

O Governo do PS continua a defender intransigentemente os direitos dos consumidores.

As empresas dos principais serviços públicos – gás, água e electricidade – vão ter de devolver mais de 25 milhões de contos

aos consumidores individuais.

A restituição deve-se ao facto de, durante décadas, estes fornecedores terem exigido, indevidamente, cauções.

Assim, nos novos contratos, aquela importância deixa de ser reclamada.

25 de Abril Estátua de Salgueiro Maia em Santarém

Salgueiro Maia, o mais generoso dos capitães de Abril, vai ter uma estátua em Santarém, que será inaugurada no dia em que se comemoram os 25 anos da Revolução dos Cravos, que pôs fim à mais lon-

ga ditadura da Europa.

Entretanto, foi posta à venda, na passada segunda-feira, dia 22, a 10ª edição da biografia de Salgueiro Maia, da autoria de Sousa Duarte.

Dia Mundial da Água Kofi Annan apela à gestão eficaz de «um recurso precioso»

Comemorou-se no dia 22 em todo o mundo o Dia Mundial da Água designado na 47ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas de Novembro de 1992.

No âmbito desta efeméride, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, divulgou uma mensagem em que apela para «uma boa gestão da água» e alerta para «as tensões em torno do seu abastecimento que aumentarão no futuro».

Kofi Annan lembrou que «hoje em dia não damos suficiente valor à água», que qualificou de «recurso precioso». Cerca de 500 milhões de pessoas de 29 países têm já falta de água, num conjunto de 1 500 milhões sem acesso a água potável.

Em 2025, segundo as previsões, serão 48 os países com falta de água.

Em 2050, cerca de 2.500 milhões de pessoas de 55 países serão vítimas do problema, se nada for feito entretanto.

No passado dia 20 foi criada no Cairo a Comissão Mundial da Água para o século XXI, no âmbito de uma conferência sobre o Dia Mundial da Água, destinada a sensibilizar a humanidade para a sua falta a curto prazo e quando já afecta 500 milhões

de pessoas.

A Comissão, composta por personalidades de todo o mundo, cientistas e vários prémios Nobel, é presidida pelo egípcio Ismail Serageldin.

A água-doce - 97,5 por cento da água terrestre é salgada - não diminuiu mas o consumo foi quintuplicado no último meio século na Europa e aumentou sete vezes em termos mundiais.

Acréscue que metade dos rios, ribeiros e lagos de todo o mundo estão poluídos.

Como parceiros da Comissão Mundial da Água para o Século XXI assumiram-se os governos da Austrália, da Bélgica, do Canadá, da Dinamarca, dos Estados Unidos, da Finlândia, da França, da Holanda, do Japão, do Luxemburgo, do Reino Unido e da Suécia.

No panorama mundial, a chuva é muito mal distribuída: dois terços da humanidade vive em regiões que recebem somente um quarto das precipitações.

As únicas perspectivas positivas consistem no abrandamento do crescimento demográfico e na evolução das técnicas que permitirão reduzir o custo da dessalinização.

GOVERNO VAI INVESTIR 850 MILHÕES DE CONTOS EM NOVAS ESTRADAS

O ministro do Planeamento, João Cravinho, anunciou que o Governo vai lançar ainda este ano vários concursos públicos para a construção de estradas, no valor de 850 milhões de contos.

O anúncio foi feito em Braga pelo ministro do Planeamento, João Cravinho, numa conferência de Imprensa realizada no dia 6 de Março, no final da reunião que teve com os autarcas das associações dos vales do Cavado, Lima e Minho, nos distritos de Braga e Viana do Castelo.

Rejeitando as críticas da Associação dos Industriais da Construção Civil, Cravinho salientou que os concursos que vão ser lançados correspondem, em termos de custo, a «cinco vezes o valor da construção da Ponte Vasco da Gama».

A reunião destinou-se a analisar o documento intitulado «Mais Norte», que define as obras desejadas pelos autarcas da região.

Neste encontro não participaram os municípios do Vale do Ave, que participaram na elaboração do documento mas resolveram negociar de forma isolada, numa tentativa de obter vantagens acrescidas.

Referindo-se aos concursos que serão lançados em breve pelo Conselho de Ministros, João Cravinho referiu os troços do IP1 entre Ponte de Lima, Viana do Castelo e Caminha, e do IP9 entre Braga e Guimarães.

Os concursos abrangem ainda o troço de estrada entre Sintra/Alcabideche e a CRIL, a ligação entre Marinha Grande, Figueira da Foz e Mira, o troço do IC24 entre Espinho e Felgueiras e o troço do IC1 entre Torres Vedras, Carregado e Marateca.

«Com as obras que vão ser lançadas pela Brisa, teremos em execução nos próximos anos um total de 850 milhões de contos, o que representa duas vezes o volume normal da obra pública em curso», afirmou Cravinho.

O ministro considerou desajustadas as críticas dos empreiteiros, salientando que os concursos públicos têm de ter cariz internacional, ou seja, «não podem excluir as empresas estrangeiras».

Muitas obras, muito trabalho

«Não faz sentido que os empreiteiros digam que vão entrar em falência, uma vez que as obras que aí vêm darão trabalho a todo o sector», garantiu.

João Cravinho referiu também os concursos públicos para a concessão Norte das chamadas «Brisinhas», a que corresponderão investimentos de 150 milhões de contos em novas auto-estradas a construir no sistema de portagens virtuais.

Confrontado com a oposição das câmaras de Barcelos e de Esposende a existência de portagens no futuro IC 14, que ligará Braga a Bar-

celos e a Esposende, Cravinho salientou que o concurso já foi aprovado pela Assembleia da República, pelo que, «se os autarcas se opuserem, a única alternativa será a de não construir a auto-estrada».

Anteprojectos traçam novo panorama

O ministro do Equipamento, João Cravinho, apresentou, no dia 22, em Lisboa, os três anteprojectos de reforma legislativa ligados à Lei de Bases de Ordenamento do Território, aprovada em Agosto de 1998.

Os documentos, que desde a passada segunda-feira se encontram em consulta pública, definem os regimes jurídicos dos instrumentos de gestão territorial, da urbanização e da edificação.

Estabelecem ainda regras para o regime de verificação da qualidade e responsabilidade civil nos projectos e obras de edifícios.

O anteprojecto referente ao regime jurídico da gestão territorial define os novos planos criados pela Lei de Bases - o programa nacional da política de ordenamento do território e os planos sectoriais.

O documento caracteriza, pela primeira vez, os interesses públicos com expressão territorial e restringe a possibilidade de alteração da classificação do solo rural para urbano.

Estabelece também formas de coordenação

das várias intervenções públicas com impacto territorial e assegura que os planos sectoriais sejam acompanhados pelas respectivas autarquias e submetidos a discussão pública.

O documento reforça ainda a intervenção da Administração Central no processo de planeamento, ou seja, a elaboração de qualquer plano passa a ser acompanhada por comissões mistas de coordenação.

Já o anteprojecto do regime jurídico da urbanização e da edificação - que revê os regimes de licenciamento municipal nas operações de loteamento - vem distinguir três formas de procedimento: a licença, a autorização e a mera comunicação prévia.

Alarga ainda a participação das populações locais nos procedimentos de licença, sempre que estes tragam implicações significativas no ambiente urbano. Em casos de operações de loteamento em áreas não abrangidas pelo plano de pormenor, o processo deve ser submetido à discussão pública.

No caso das autorizações, deixa de ser necessária a consulta a entidades estranhas ao município.

Finalmente, o anteprojecto que define regime de verificação da qualidade e de responsabilidade civil nos projectos de obras e edificação estabelece a identificação dos vários intervenientes no processo de construção e define os respectivos deveres.

PORTUGAL DENTRO DOS PADRÕES EUROPEUS

O Estado deve ter um papel incentivador numa política científica que se queira fomentadora da liberdade de investigação absoluta.

Foi esta a ideia defendida, recentemente, pelo ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, ao falar no encerramento da sessão de apresentação do estado da Física em Portugal (Perfil da Física), na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, onde manteve a opinião segundo a qual compete ao Governo o papel de avaliador, de fomentador da internacionalização dos investigadores e de aplicação no reforço das instituições.

O ministro quer que os novos investigadores (os doutorados que estão a crescer ao ritmo de 10 por cento ao ano) tenham lugar no sistema e nos cargos de direcção das instituições científicas.

O objectivo, reafirmou, é tentar superar, com a brevidade possível, parte do atraso científico português.

O responsável pela pasta da Ciência e da Tecnologia notou que Portugal terá em breve tantos doutorados como a média dos países da União Europeia, mas não a senioridade que o meio apresenta na Europa.

Elogiou, contudo, os industriais nacionais que de forma crescente contratam junto do sistema científico nacional soluções para os seus

problemas.

Notou por isso que o crescimento do sector da Investigação e Desenvolvimento tem não só de manter-se como continuar a crescer. «É fundamental prosseguir a reforma das instituições de investigação públicas existentes e criar novas», acrescentou.

Mariano Gago afirmou que «não há desenvolvimento científico e tecnológico sem autonomia relativa da política científica» e referiu a propósito a Autonomia Universitária consagrada na Constituição.

Os rostos das ciências

Os perfis da Investigação Científica em Portugal estão a ser revelados para que se saiba quem são, o que investigam, como e onde o fazem os cientistas portugueses das diversas áreas.

O perfil da Física foi divulgado recentemente, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, compreendendo a apresentação por Matos Ferreira, comentários, debate e encerramento pelo ministro da Ciência e da Tecnologia.

Segundo o Perfil divulgado, em 1995 eram 753 os investigadores em Física em Portugal, 216 dos quais mulheres.

Em 1997 estavam em curso, financiados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 91 projectos de investigação nesta área, envolvendo um investimento de 1,2 milhões de contos.

A avaliação feita por peritos independentes às 61 unidades de investigação em Física revelou que, nos últimos anos, a disciplina tem realizado um progresso notável e que o nível geral dos resultados atingiu rapidamente padrões de qualidade internacionais.

Estes são apenas alguns dos dados incluídos no Perfil da Investigação Científica em Física em Portugal, apresentado em sessão pública, numa iniciativa do MCT que se integra nos trabalhos de preparação do Programa Integrado de Ciência e Tecnologia e do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

Os perfis da Investigação Científica em Portugal, cuja apresentação está a ser promovida pelo Observatório das Ciências e das Tecnologias e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, integram uma colecção sobre o «estado da arte» em matéria de investigação científica nos vários domínios.

Diagnóstico rigoroso

Tudo começou em Julho de 1998, data em que o Ministério da Ciência e da Tecnologia abriu um Fórum Permanente de Política de Ciência e Tecnologia e dirigiu à comunidade científica o convite para a apresentação de contributos para o Livro Branco do Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia português.

O Perfil da Filosofia foi o primeiro da série a ser apresentado, em 24 de Fevereiro, em Coimbra, à comunidade científica, que o traçou.

Numa altura em que decorre o debate/contributo para o Livro Branco da Ciência e da Tecnologia em Portugal, que visa identificar oportunidades e definir prioridades de intervenção face ao próximo QCA (2000-2006), os perfis pretendem ajudar, com base num diagnóstico rigoroso, ao debate e à formulação de medidas de política e de fomento do sistema científico e tecnológico nacional.

Os perfis das várias áreas científicas pretendem divulgar o potencial científico, tendo em vista a devolução à comunidade científica e à sociedade em geral o conhecimento sobre si própria e a criação de um espaço de reflexão e debate sobre a situação em que as diferentes áreas científicas se encontram.

Trata-se de uma iniciativa visando igualmente a identificação das unidades e dos investigadores que, nos diferentes sectores de execução e nas diferentes regiões do País, desenvolvem actividades de investigação científica, por forma a facilitar e potenciar os contactos entre unidades, investigadores e meio envolvente.

Os perfis encerram informação tratada proveniente de fontes como o Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico, base de dados dos projectos financiados pelo MCT, base de dados de doutoramentos e equivalentes nas universidades portuguesas, base de dados das bolsas atribuídas ao abrigo do Programa Praxis XXI, e base de dados do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de Investigação e Desenvolvimento.

PELO PAÍS

Governança Aberta

AGRICULTURA - O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, presidiu, no dia 20, em Beja, à sessão de abertura da 16ª edição da Ovíbeja, uma das maiores feiras de actividades económicas do Sul do País, que decorre até dia 28, visitada todos os anos por mais de 200 mil pessoas.



O evento impôs-se, ao longo dos anos, no panorama expositivo não só do Alentejo mas também da região Sul do País, oferecendo aos visitantes um vasto leque de produtos de qualidade e de actividades diversas ligadas ao mundo rural.

A primeira edição do evento realizou-se em 1983, na então Feira da Primavera de Beja, que entretanto foi extinta, não passando, na altura, refere a ACOS, de «uma simples mostra de ovinos e caprinos num dos cantos daquela exposição».

Apesar do objectivo inicial da Ovíbeja assentar na mostra dos produtos alentejanos, o certame tem quebrado fronteiras regionais e mesmo nacionais, assumindo-se como um espaço de intercâmbio de culturas e experiências com regiões portuguesas como os Açores e o Algarve, as espanholas Andaluzia e Estremadura, e a Tunísia, entre outras.

AMBIENTE - A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, disse, no dia 19, em Santarém, que Portugal atingirá este ano uma taxa de tratamento de esgotos da ordem dos 55 por cento, quando no início do seu mandato era de 21 por cento.



Trata-se, sublinhou, de um «salto estatístico» que representa «muito esforço».

Elisa Ferreira, que participou, na passada sexta-feira, nas cerimónias do Dia da Cidade de Santarém em representação do pri-

meiro-ministro, falava na inauguração da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) que permitirá à autarquia local passar de uma taxa de tratamento de esgotos de 10 para 70 por cento.

Satisfeita por uma das obras que inaugurou em Santarém ser da sua área, Elisa Ferreira sublinhou que Portugal «não podia continuar a considerar-se um País europeu e apresentar taxas terceiro mundistas».

Este ano essa taxa passará a ser de 55 por cento, com uma capacidade instalada de 70 por cento, sinal, no seu entender, da «grande força política» feita no sentido de «valorizar a requalificação do País como peça essencial da política de desenvolvimento nacional».

Com capacidade para acolher os efluentes respeitantes a 70 mil habitantes, a ETAR de Santarém começou no dia 19 a receber os de 10 800 habitantes, entrando daqui a um mês em funcionamento mais um emissário com capacidade para efluentes de 12 mil habitantes, devendo atingir em Julho cerca de 90 por cento da população da cidade.

Construída em 15 meses, a ETAR de Santarém, uma das cinco de que disporá o concelho, custou cerca de 620 mil contos, complementando o esforço que representou a construção de colectores (13 quilómetros no total) no centro histórico da cidade, como sublinhou o presidente da autarquia, José Miguel Noras.

Contudo, Elisa Ferreira lembrou que existe ainda um «marco negro» no projecto de desenvolvimento global de Santarém: a lixeira.

CIÊNCIA - O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, defendeu no dia 16, em Coimbra, a duplicação do ritmo de crescimento científico, por forma a que o País atinja a média europeia na próxima década.

A superação do atraso científico de Portugal «obriga a uma mudança de escala» e implica um «tremendo desafio», que o governante considera concretizável.

«É possível atingir, entre sete a dez anos, os níveis médios europeus, desde que o problema da integração da ciência e tecnologia na vida social e económica do País se vá resolvendo», referiu Mariano Gago, ao intervir no seminário «Ciência, Tecnologia e Inovação».

Neste domínio, «mudar de escala em matéria de recursos humanos, financeiros e institucionais é o principal desafio para os próximos dez anos», afirmou.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL - O Governo vai lançar um regime de Zonas de Localização Prioritária para instalação de empresas. A garantia foi dada, no dia 19, em Braga, pela secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio.

Segundo a governante, estas Zonas de Localização Prioritária estão inseridas na estratégia de desenvolvimento do interior definida para a aplicação das verbas do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA). Maria José Constâncio, que também anunciou para breve a publicação de um decreto-lei relativo ao Estatuto das Agências de

Desenvolvimento Regional, falava na sessão de abertura do seminário sobre «Desenvolvimento Regional», realizado na Universidade do Minho, Braga, no âmbito da divulgação do Plano de Desenvolvimento Económico e Social que o Ministério do Planeamento está a realizar.



A secretária de Estado salientou que as zonas de localização prioritária têm o «duplo objectivo de permitir a instalação de novas empresas em regiões do interior e de facilitar o ordenamento espacial no domínio industrial».

Na sua intervenção, destacou também a possibilidade de ser reforçado «o papel das associações de municípios e de se criarem conselhos económicos e sociais regionais». Citando um relatório da Comissão Europeia sobre Portugal, a governante recordou a progressão apreciável do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*, que passou de 55 para 72 por cento da média europeia, entre 1986 e 1999.

«Apesar disso, a economia continua vulnerável e o desenvolvimento concentrou-se na faixa costeira e nas duas regiões urbanizadas de Lisboa e do Norte, que tiveram a maior contribuição para a redução da divergência do PIB *per capita*», salientou.

EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO - A secretária de Estado da Educação e Inovação afirmou, no dia 21, em Coimbra, que os *numerus clausus* de acesso ao ensino superior tenderão a desaparecer.



Ana Benavente respondia, assim, a uma das exigências apresentadas num encontro nacional de pais realizado na cidade comিব্রicence.

A secretária de Estado considerou que, «gradualmente, os *numerus clausus* irão desa-

parecendo com uma maior diversidade de ofertas», através da criação de cursos tecnológicos de cariz mais profissional no secundário.

Esse é um dos objectivos, acrescentou, da revisão curricular que o Governo pretende por em prática dentro de dois anos e que abrange parcerias com empresas.

No XXIV Encontro Nacional das Associações de Pais, que terminou na passada sexta-feira, em Coimbra, foi reclamada não só a extinção dos *numerus clausus* como um «esclarecimento aprofundado» sobre as saídas profissionais dos cursos superiores. Segundo Ana Benavente, dentro de dois anos «todas as escolas do ensino básico» terão o designado «estudo acompanhado» dos alunos pelos docentes.

Actualmente, 34 escolas estão a experimentar um modelo de gestão curricular flexível que prevê o estudo acompanhado.

«Todos nós duvidamos da qualidade das nossas escolas», afirmou a secretária de Estado, ao realçar que aquele modelo visa precisamente a qualidade das aprendizagens e o combate ao abandono e insucesso escolares.

EQUIPAMENTO - O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, considerou «fundamental» o papel dos cientistas no propósito governamental de no prazo de uma geração, Portugal vencer os atrasos estruturais que o separaram da Europa.



Cravinho falava, no dia 16, em Coimbra, no seminário «Ciência, Tecnologia e Inovação». «Para alcançar este objectivo e para, na Europa do futuro, termos um papel de centralidade, o contributo dos cientistas é fundamental», sustentou o governante, no âmbito do debate público sobre o Programa Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Português e seu contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social.

INDÚSTRIA E ENERGIA - A liberalização do mercado de energia eléctrica em Portugal é benéfica para todos, quer se trate de consumidores domésticos quer industriais, afirmou, no dia 19, em Castelo Branco, o secretário de Estado da Indústria e Energia, Fernando Pacheco.

O governante deslocou-se, na tarde da passada sexta-feira, à cidade do Fundão para presidir à sessão de encerramento das primeiras Jornadas de Energia e Ambiente,

PELO PAÍS

Governança Aberta

realizadas no Complexo Escolar do Fundão. Em declarações à Comunicação Social, Fernando Pacheco salientou que a liberalização do sector eléctrico «permite esperar uma redução de preços para próximo da média comunitária, que já está patente na fixação dos preços para o ano em curso».

Questionado se a liberalização não provocaria a redução dos lucros da eléctrica, gerando conflitos com os accionistas, Fernando Pacheco disse que «tal não irá suceder, porque a liberalização também permite o acesso da EDP a outros mercados e a empresa tem capacidade para se internacionalizar».

Além disso, acrescentou, «a concorrência é benéfica, nomeadamente porque obriga as empresas a reduzir os seus custos».

«Estou certo que a liberalização do mercado de energia não irá trazer quaisquer problemas aos accionistas da EDP que receberão os seus dividendos tal como esperavam quando subscreveram as acções», concluiu.

Sobre as energias renováveis, Fernando Pacheco garantiu que são mais caras e alertou para o facto da redução das tarifas da energia eléctrica produzida a partir de fontes convencionais poder alargar ainda mais esse fosso.

«A liberalização do mercado de energia eléctrica em Portugal implica a adopção de uma outra óptica de mercado no tocante às energias renováveis», defendeu.

JUVENTUDE - A linha de apoio à sexualidade já atendeu mais de 40 mil chamadas desde que entrou em funcionamento, em Junho do ano passado, garantiu, no dia 18, em Castelo Branco o secretário de Estado da Juventude.



Miguel Fontes presidiu, à inauguração do oitavo Gabinete de Sexualidade a nível nacional e que «pretende, conjuntamente com a linha telefónica criada em Junho, dar respostas aos problemas de sexualidade» dos jovens e das suas famílias.

Durante a sua deslocação, o governante presidiu ainda à assinatura de 30 protocolos de apoio ao movimento associativo juvenil do distrito, no montante de 25 mil contos.

No próximo dia 30, pelas 11 horas, na Casa da Juventude de Sintra, Miguel Fontes assina o PAAJ (Programa de Apoio ao Associativismo Juvenil), numa cerimónia em que também serão oficializados os proto-

colos com as 57 associações RNAJ do distrito de Lisboa.

Na ocasião estarão presentes o presidente do IPJ, João Paulo Saraiva, e o delegado regional da Juventude de Lisboa.

SAÚDE - A ministra da Saúde, Maria de Belém, defendeu, no dia 19, no Porto, que a qualidade é «indissociável» da prestação de cuidados de saúde, salientando as iniciativas do seu ministério nesta área.

«A qualidade nos serviços de saúde começou há muito tempo, mas tem sido desenvolvida em iniciativas isoladas e o que se pretende agora é que seja enquadrada num sistema global para que possamos saber se o que estamos a fazer é o melhor possível com os recursos que temos», afirmou. Maria de Belém, que salientou o facto de estar em curso a denominada «Semana da Qualidade na Saúde», e frisou ainda a necessidade de se «mostrar que se faz bem» para ultrapassar a «desconfiança existente».

«É necessário recuperar a confiança», frisou a ministra, que falava no Hospital de S. João do Porto, na cerimónia de entrega do Certificado Europeu de Qualidade ISO 9002 ao Serviço de Imuno-Hemoterapia, o primeiro no País a receber esta distinção.

Para a governante, o certificado entregue na passada sexta-feira não significa, porém, que os restantes serviços não trabalhem em qualidade.

SOLIDARIEDADE - O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, visitou, no dia 17, o Centro de Acolhimento S. Joana (Lisboa) e a Aldeia S. Isabel (Sintra), anunciando novas medidas destinadas a melhorar o acolhimento e o apoio a crianças e jovens em risco.

Nesta primeira visita, o governante apresentou o novo sistema que prevê a constituição de uma equipa que é responsável pelo funcionamento de uma Unidade de Emergência durante as 24 horas do dia, para onde são canalizadas todas as solicitações de acolhimento de emergência no distrito de Lisboa.

Segundo um protocolo de cooperação assinado na semana passada, compete a esta equipa decidir, no prazo máximo de 48 horas, o encaminhamento subsequente da criança ou do jovem, o qual pode passar por três opções.

A primeira é o regresso à família se entretanto tiver ocorrido alteração de situação que o aconselhe, a segunda será acolhimento num CAT (Centro de Acolhimento Temporário) para realização do diagnóstico e encaminhamento alternativo e, por último, acolhimento em lar se a avaliação da situação permitir, desde logo, perspetivar esta solução como a mais favorável.

Na aldeia Santa Isabel, em Albarraque, Sintra, Ferro Rodrigues falou sobre o regime especial de aprendizagem destinado a jovens em lares com baixo rendimento escolar, numa altura em que, dados oficiais, indicam que são cerca de 3 400 os jovens com mais de 14 anos que vivem e crescem em lares, sendo neste contexto que se desenvolve o seu processo de socialização.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 18 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução sobre o planeamento de efectivos na Administração Pública;
- Um decreto-lei que institui o regime especial de trabalho a tempo parcial para o pessoal com mais de 55 anos de idade;
- Um decreto-lei que introduz a semana de trabalho de quatro dias no âmbito da Administração Pública;
- Um decreto-lei que institui o programa Estágios Profissionais na Administração Pública;
- Uma proposta de resolução que aprova o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado na Praia, Cabo Verde, aos 17 de Julho de 1998, pelos Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe;
- Um decreto que aprova os Estatutos Revisados do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, adoptados na Praia, Cabo Verde, aos 17 de Julho de 1998, pelo Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe;
- Um decreto que aprova o Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado na Praia, Cabo Verde, aos 17 de Julho de 1998, pelos Governos da República de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe;
- Um decreto que aprova o Acordo de Cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado na Praia, Cabo Verde, aos 17 de Julho de 1998, pelos Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe;
- Uma resolução que adopta o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa;
- Um decreto-lei que regula o processo de elaboração, aprovação, execução e revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e dos Planos de Gestão Florestal, regulamentando na Lei de Bases da Política Florestal;
- Um decreto-lei que regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos Planos de Gestão Florestal (PGF);
- Um decreto-lei que regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, susceptíveis de concessão para a internacionalização das empresas portuguesas;
- Um decreto-lei que regulamenta o regime de benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, susceptíveis de concessão a projectos de investimento em Portugal;
- Uma proposta de lei que aprova o regime penal especial para jovens entre os 16 e 21 anos;
- Um decreto-lei que define o regime jurídico de três novas concessões de auto-estradas a designar por IC16 / IC30 Litoral/Centro e Norte/Litoral;
- Um decreto-lei que estabelece normas de execução do Orçamento do Estado para 1999;
- Um decreto-lei que altera o diploma que estabelece o regime jurídico de concessão de crédito à habitação;
- Um decreto-lei que atribui a competência à Comissão Científica Independente e faz cessar a suspensão da vigência das normas sobre fiscalização e sancionamento das operações de co-incineração constante do decreto-lei n.º 273/98, de 2 de Setembro;
- Um projecto de decreto-lei que determina a aplicação do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 23º do decreto-lei n.º 55/95, de 29 de Março, às empreitadas, fornecimento ou locação de bens e prestação de serviços realizados pela sociedade Parque Expo'98, SA a qualquer pessoa colectiva;
- Uma proposta de lei que altera o decreto-lei que estabelece o regime geral do Direito de Mera Ordenação Social;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a aprovar o estatuto profissional do pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Um decreto-lei que procede à reformulação e aperfeiçoamento global da regulamentação de doenças profissionais;
- Um decreto-lei que cria a Unidade Local de Saúde de Matosinhos;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa à proibição de utilização de certas substâncias com efeitos hormonais ou tireostáticos e de substâncias beta-agonistas em produção animal;
- Um decreto-lei que reestrutura a orgânica dos serviços de apoio da Procuradoria-Geral da República;
- Um decreto que desafecta do Regime Florestal uma área de 500 metros quadrados de terreno integrada no Perímetro Florestal dos Coutos de Mértola para instalação de armazenamento e depósito de gás;
- Um decreto que aprova o acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Federação da Rússia sobre cooperação no domínio da protecção civil, prevenção e gestão das emergências;
- Uma resolução que extingue o Comissariado de Portugal para a Exposição Internacional de Lisboa.

DESTAQUE – CM

Património natural

MOVIMENTAÇÃO NACIONAL PELAS FLORESTAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 18, uma resolução que adopta o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa.

Este diploma é entendido como o quadro orientador da política para o sector florestal e referencial dinâmico para a acção coordenada da Administração Pública e dos agentes do sector, incumbindo o MADRP, em articulação com os outros departamentos ministeriais, de definir e propor as medidas e instrumentos de política apropriados à realização dos objectivos gerais e específicos do plano e cometendo à Direcção-Geral de Florestas a coordenação da respectiva implementação, monitorização e acompanhamento.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa contém as orientações fundamentais de enquadramento das medidas e dos instrumentos de política a integrar no Programa de Desenvolvimento Regional para o período 2000-2006, e logo no terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA), na medida em que estão no essencial de acordo com as intervenções previstas nas propostas de reformulação da PAC e da regulamentação dos fundos estruturais apresentadas pela Comissão na Agenda 2000.

Trata-se de um instrumento de carácter dinâmico e de compatibilização das funções económica, ambiental, social e cultural da



floresta portuguesa, que procura garantir, em simultâneo, a sustentabilidade dos recursos e sua exploração, bem como o normal funcionamento e vitalidade do tecido empresarial.

A floresta portuguesa, que ocupa cerca de 37 por cento do território em regime de propriedade marcadamente privado, é um recurso renovável essencial para a produção de bens e serviços indispensáveis à vida em geral e às necessidades da sociedade em particular.

A importância das actividades agro-flores-

tais nas zonas rurais decorre não só do facto de a maior parte do solo nacional se encontrar afecto à agricultura, à silvicultura, à pecuária e a outras actividades com elas relacionadas, mas também do facto de estas actividades prosseguirem objectivos de multi-funcionalidade inegáveis e insubstituíveis uma vez que aos objectivos de natureza económica estão normalmente associados objectivos de natureza ambiental e social.

Neste contexto, o desenvolvimento florestal, nas suas vertentes ambiental, econó-

mica, social e cultural, representa um desafio fundamental para Portugal.

Estando o sector florestal identificado como uma prioridade no programa do Governo, foi acordado entre este e os Parceiros Sociais, no âmbito do Acordo de Concertação Estratégica para o período 1996-1999, considerar no quadro das orientações estratégicas e dos objectivos operacionais a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável do sector florestal quer numa óptica de competitividade quer numa perspectiva de salvaguarda e valorização dos recursos naturais e do ambiente.

Por outro lado, a visão estratégica associada a um modelo de desenvolvimento sustentável da economia e da sociedade portuguesa, e em particular das zonas rurais, em que assumam papel importante o território e os recursos naturais não pode deixar de considerar a floresta em todas as suas valências e potencialidades.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa elaborado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, com a colaboração activa de cerca de 90 organizações e entidades, públicas e privadas, enquadra-se claramente nos princípios e objectivos acima referenciados e configura-se como um referencial obrigatório de uma acção de mobilização nacional em torno da problemática florestal.

DESTAQUE – CM

Justiça

REGIME PENAL PARA JOVENS ADULTOS

O regime penal especial para jovens entre os 16 e 21 anos foi aprovado, no dia 18, em Conselho de Ministros.

Embora os jovens adultos, entendidos como jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos, não devam ter um estatuto jurídico próprio, porquanto são já penalmente responsáveis, as representações sociais e as aquisições científicas apontam para a necessidade de lhes serem aplicadas soluções diferenciadas. A necessidade de publicação de legislação própria nesta matéria decorre do disposto no artigo 9º do Código Penal.

No âmbito das soluções apresentadas neste diploma, poder-se-á realçar que sendo os jovens maiores de 16 anos considerados imputáveis, estabelece-se que estão sujeitos às normas penais e que é perante elas que devem responder.

Rompe-se, assim, com a possibilidade de aplicação de medidas tutelares

educativas a jovens adultos, pretendendo-se evitar, na medida do possível, a aplicação a estes cidadãos de penas de prisão, comprovada que está a natureza criminógena do encarceramento, alargando, conseqüentemente, a possibilidade de aplicação de medidas de substituição. Por outro lado, permite-se a atenuação especial da pena quando o tribunal considerar que a idade, no momento da prática do facto, por si ou associada a outras circunstâncias, anteriores ou posteriores ao crime ou contemporâneas dele, diminui por forma acentuada a ilicitude, a culpa do agente ou a necessidade da pena.

No que se refere à liberdade condicional, baixam-se os limiares de cumprimento de pena previstos no Código Penal, mantendo-se, no entanto, os pressupostos estabelecidos nesse Código.

Ao nível da pequena e da média criminalidade, o diploma vai no sentido

da maximização da aplicação de penas de substituição. Em primeiro lugar, alargando o âmbito de aplicação das penas de multa, de prestação de trabalho a favor da comunidade e de admoestação, bem como prevendo um sistema mais flexível para a conversão da multa não paga. Em segundo lugar, criando três «novas» penas de substituição: a colocação por dias livres em centro de detenção, a colocação em centro de detenção em regime de semi-internato e o internamento em centro de detenção.

O novo regime prevê ainda que os centros de detenção, localizados em espaços urbanos e disseminados pelo País, possuam uma configuração arquitectónica que os distinga das prisões, salvaguardados os aspectos relativos à segurança. A pena de prisão, quando aplicada a jovens adultos, é, em qualquer caso, executada em estabelecimentos especificamente destinados a jovens ou em sec-

ções de estabelecimentos prisionais comuns afectadas a esse fim.

A execução das penas de colocação e de internamento em centro de detenção pode prolongar-se até o seu destinatário completar 26 anos de idade.

No caso de o jovem ser condenado a pena de internamento em centro de detenção de duração superior a três meses, é obrigatória a elaboração do plano individual de readaptação social pelos serviços encarregados da execução e enviado ao tribunal para homologação.

As penas de colocação em centro de detenção por dias livres e em regime de semi-internato podem ser revistas pelo tribunal de execução das penas.

Quanto aos prazos para a concessão da liberdade sob orientação e acompanhamento, o diploma estabelece que sejam reduzidos relativamente aos prazos previstos, no artigo 61º do Código Penal, para a concessão da liberdade condicional.

GESTÃO INTEGRADA: DESCENTRALIZAÇÃO RESPONSÁVEL

Melhorar a utilização dos recursos humanos da Administração Pública e renovar os seus quadros efectivos são os objectivos imediatos de um conjunto de diplomas aprovado, no dia 18, em reunião de Conselho de Ministros.

Assim, o Governo decidiu-se por um novo planeamento de funcionários efectivos no emprego público.

Com a realização do Recenseamento da Função Pública, foi dado o primeiro passo no sentido de ser criado um modelo dinâmico que permita o conhecimento de dados sobre o número de trabalhadores, vínculos, categorias, antiguidade, situação remuneratória e sua distribuição por serviços.

Por forma a assegurar a actualização dos dados recolhidos, foi criada uma Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública, instrumento indispensável à gestão do pessoal e à adaptação e implementação das correspondentes medidas de política de reforma administrativa e de emprego público.

Ciente, todavia, de que, numa óptica de modernização administrativa, é necessário atribuir à gestão, nomeadamente na área dos recursos humanos, um carácter prospectivo, considera o Executivo socialista que se reveste da maior importância estabelecer estratégias de emprego, tendo em conta os objectivos a prosseguir por cada serviço e as previsões de necessidades de pessoal e racionalização de estruturas de cada Departamento Governamental.

Assim, numa óptica de gestão integrada, simultaneamente descentralizada e responsabilizante, torna-se indispensável um envolvimento partilhado das Secretarias-Gerais e Serviços de Organização e Gestão de Pessoal de todos os ministérios, na gestão integrada de recursos e no planeamento das necessidades de efectivos, face às estratégias definidas e objectivos a prosseguir.

Nos termos da lei vigente, o processo de planeamento de efectivos tem como fase inicial a apresentação, em cada ano, do plano de necessidades de pessoal para o ano seguinte, por parte dos serviços e organismos da Administração Central. Para isso torna-se indispensável que os serviços competentes do Ministério das Finanças e da Secretaria de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa estejam na posse de todos os elementos necessários a uma correcta apreciação dos descongelamentos solicitados, o que permitirá, por outro lado, a elaboração de estudos sobre as necessidades previsíveis de efectivos a curto e médio prazo.

Este diploma vem, desta forma, enquadrar a prossecução dos referidos objectivos, determinando que o Secretariado para a Modernização Administrativa e a Direcção-Geral da Administração Pública, concebam



e divulguem um instrumento de recolha de dados (com adequado suporte informático) que permita apurar as necessidades de pessoal dos Serviços e Organismos da Administração Central pelo período de cinco anos, por forma a possibilitar uma gestão previsional de efectivos e a adoptar uma política coerente de descongelamentos; Fica estabelecido, igualmente, que as Secretarias-Gerais e Serviços de Organização e Gestão de Pessoal de cada ministério deverão assumir a divulgação desse instrumento por todos os serviços do respectivo ministério, compilar todos os dados recolhidos e elaborar um relatório a apresentar ao membro do Governo respectivo; Por último, as cópias do relatório (e respectivo suporte informático) com o apuramento final por ministério, serão enviados ao Secretariado para a Modernização Administrativa e à Direcção-Geral da Administração Pública, impreterivelmente até dia 18 de Junho deste ano, a fim de que a equipe de projecto SMA/DGAP possa elaborar um relatório de avaliação global com base nos dados sectoriais recebidos apresentando-o ao membro do Executivo que tiver a seu cargo a Administração Pública e ao Ministério das Finanças.

Salvo situações devidamente fundamentadas, será emitido parecer negativo sobre eventuais pedidos de descongelamento de admissões que venham a ser apresentadas por Serviços e Organismos que não

tenham respondido ao inquérito atrás referido até ao dia 18 de Junho do corrente ano.

Part-time para idosos

Na reunião da passada quinta-feira, o Governo socialista instituiu um regime especial de trabalho a tempo parcial para o pessoal com mais de 55 anos de idade.

Este diploma inscreve-se visa como principais destinatários os funcionários em final de vida profissional que estejam interessados em traçar o seu próprio plano de transição para a futura situação de aposentadoria.

Com esta medida pretende-se, para além da renovação dos efectivos da Administração Pública, uma vantagem adicional da maior importância, que se traduz no cruzamento de experiências e transmissão de saberes acumulados, ao longo de percursos profissionais muito diversificados.

Também no sentido de reestruturar os tempos de trabalho, o Conselho de Ministros deu luz verde a um decreto-lei que introduz a semana de trabalho de quatro dias no âmbito da Função Pública.

A instituição do regime especial da semana de quatro dias promove a criação de condições favoráveis à renovação dos efectivos dos trabalhadores da Administração Pública, contribuindo, simultaneamente, para a promoção do emprego.

Entende o Governo que cabe à Adminis-

tração Pública funcionar como pioneira nesta matéria, assumindo um papel activo e interventor no mercado de emprego e dando, neste domínio específico, o exemplo ao sector privado e às administrações regionais e locais.

Estágios profissionais

Por último, o Conselho de Ministros aprovou, ainda no contexto do funcionalismo público, um diploma que cria um programa estágios profissionais.

A medida tem por objectivo contribuir para a inserção dos jovens e desempregados na vida activa, proporcionando-lhes uma formação prática complementar das qualificações adquiridas através do sistema de ensino e formação profissional.

Define o âmbito, os objectivos e os destinatários dessa medida, que foi concebida como instrumento destinado a garantir um contributo específico das instituições públicas para a política de emprego e, por essa via, a optimização do investimento nacional na formação de recursos humanos qualificados.

O diploma fixa ainda a estrutura do estágio e os termos em que os elementos que o tenham concluído, com aproveitamento, podem ocupar, a título precário e transitório, postos vagos existentes nas instituições onde realizaram o estágio ou em quaisquer outros serviços públicos.

SALVAGUARDAR ASPECTOS BÁSICOS E ESSENCIAIS

A deputada socialista Rosa Maria Albernaz, autora do projecto de lei socialista sobre protecção dos animais, quer salvaguardar os «aspectos básicos e essenciais» do diploma, mas não hesitou em manifestar-se receptiva a propostas de aperfeiçoamento do seu projecto, em sede de especialidade.

Na apresentação do projecto de lei socialista, que decorreu no dia 17, na Assembleia da República, a parlamentar do PS defendeu os argumentos que justificam, segundo disse, «um projecto equilibrado e moderado que visa melhorar e ampliar a lei 92/95 (em vigor) e enquadrar a legislação vigente sobre protecção e bem-estar animal».

Rosa Maria Albernaz fez notar que «é fácil recorrer à ridicularização e à chacota quando se fala em animais», tendo lembrado que a isso mesmo já se assistiu «nesta legislatura».

«Ontem como hoje, não tem faltado quem recorra à cozedura da lagosta, ao esmagamento da pulga ou à crueldade do matamoscas para tentar ridicularizar o que é uma nobre causa», disse.

Apresentou em seguida aquilo que considerou pontos inovadores do seu projecto, como a proposta de «banir o uso de animais em experiências ou divertimentos que se traduzam no confronto mortal de animais uns contra os outros».

«É chegada a altura do fim da chamada caça a cavalo com matilhas ou as corridas

de cães com lebres vivas, que, criados fora do seu habitat natural, sejam única e exclusivamente destinados a esse fim», acrescentou.

As provas de tiro a alvos vivos, a criação de raposas ou outros predadores para fins de caça são actividades que o projecto socialista visa proibir.

No que diz respeito à tauromaquia, o projecto socialista propõe a reafirmação da «legitimidade da tourada à portuguesa», proibindo os touros de morte em Portugal, mas foi a proibição da assistência, por menores de 13 anos, quando desacompanhados de adultos, que Rosa Maria Albernaz defende, que gerou a maior polémica no debate que se seguiu à apresentação do projecto.

Mais de cem mil assinaturas de apoio

Entretanto, o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, recebera, no dia 10, as mais de cem mil assinaturas e cartas de apoio ao projecto de lei iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre protecção dos animais, cuja aprovação foi adiada para discussão em sede de especialidade.

A entrega foi feita pela Comissão de Apoio à Lei de Protecção dos Animais em Portugal (CALPA), na presença de representantes de várias associações zoológicas e de inúmeros jovens.

Em declarações à Comunicação Social, a

deputada socialista Rosa Maria Albernaz disse estar «muito sensibilizada» com o número de apoios que o seu projecto de lei reuniu, até porque, lembrou, «nunca no Parlamento entrou tamanho número de assinaturas de apoio, o que provocou o espanto do próprio presidente da Assembleia da República».

O momento da entrega das assinaturas «não podia ter sido melhor», segundo afirmou, referindo-se ao facto de esta se realizar numa altura em que a bancada laranja avançou com um diploma que permite práticas como o tiro ao pombo, a caça a cavalo e outras que o projecto socialista visa proibir.

«Durante anos andei sozinha a lutar por um projecto de protecção dos animais, rece-

bendo inclusive críticas do PSD, e foi preciso o meu projecto de lei estar agendado para o PSD vir propor um outro que apenas revoga o 92/95», disse.

Para a presidente da Liga Portuguesa dos Direitos do Animal (LPDA) - que faz parte da direcção da CALPA - a entrega das assinaturas foi um «momento alto» da campanha de apoio ao projecto de lei da deputada socialista Rosa Maria Albernaz.

Maria do Céu Sampaio adiantou que, além das mais de cem mil assinaturas e cartas de apoio, a CALPA tem ainda em seu poder mais alguns milhares de assinaturas que «não param de chegar às associações zoológicas», a par de cartazes com a imagem das mãos de milhares de crianças a manifestarem a sua «amizade» aos animais.

PROJECTO DE LEI

Protecção dos animais

GRUPO DE DEPUTADOS DO GP/PS MANIFESTA-SE CONTRA

Numa carta enviada ao líder do GP/PS, Francisco Assis, um grupo de deputados socialistas, entre os quais António José Dias, Rui Vieira e Ricardo Castanheira, manifesta-se contra o projecto de lei n.º 526/VII - Lei da Protecção dos Animais.

Na missiva, o grupo de deputados socialistas lembra que desde a apresentação do referido diploma foram manifestadas muitas «preocupações quanto às divergências, desde logo assinaladas, relativamente a medidas aí sugeridas».

Os deputados do PS referem que a principal signatária do projecto «não demonstrou

qualquer abertura para eventuais alterações, referindo que não se alteraria nem uma vírgula».

O grupo de deputados sublinha que a matéria em causa não faz parte do programa de Governo do PS e que «não constitui um designio programático».

Neste contexto, consideram que, por isso, «deve ser permitida a liberdade de voto».

«Em qualquer caso estamos disponíveis, até ao último minuto, para encontrarmos as soluções de consenso que desde início defendemos», referem ainda os deputados do PS.

J. C. CASTELO BRANCO

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 25

A Assembleia da República reúne, hoje, a partir das 15 horas, para discutir um projecto de lei comunista e outro socialista que, respectivamente, previne a prática de discriminação no exercício dos direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica e aprova o regime jurídico que proíbe a discriminação racial. As votações regimentais decorrerão, sensivelmente, pelas 18 horas.

Sexta-feira, dia 26

Amanhã, às 10 horas, o Parlamento debaterá a aprovação de cinco propostas de lei. A primeira, da iniciativa da ALRA, aprova o regime jurídico de criação de freguesias na Região Autónoma dos Açores.

Depois, será a vez de estudar quatro diplomas da autoria do Executivo socialista. O primeiro aprova o acordo sobre privilégios e imunidades da Agência Internacional de Energia Atómica. O segundo prevê o acordo internacional sobre madeiras tropicais. O terceiro aprova o Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre Portugal e o Canadá. O quarto e último estabelece o acordo bilateral de cooperação entre Moçambique e Portugal no domínio do combate ao tráfico ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e criminalidade conexa.

Terça-feira, dia 30

Na primeira sessão plenária do hemiciclo de São Bento da próxima semana, os deputados avaliarão uma proposta de lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

Quarta-feira, dia 31

O agendamento potestativo do PSD ficou marcado para as 15 horas deste dia.

DEPUTADO AIRES DE CARVALHO

Requerimento

CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE MEDICINA DESPORTIVA EM SETÚBAL



O deputado do PS Aires de Carvalho enviou um requerimento à Secretaria de Estado do Desporto e ao Ministério da Saúde, no qual pergunta se é intenção do Governo instalar um Centro de Medicina Desportiva no distrito de Setúbal.

Em caso afirmativo, Aires de Carvalho quer saber para quando se prevê a instalação desse serviço e onde.

No requerimento, o deputado socialista lembra que o desporto amador e o número de praticantes a nível da península e do

distrito de Setúbal é já hoje significativo e sublinha que o processo de modernização em curso para Tróia perspectiva-lhe também como o destino privilegiado de inúmeras equipas desportivas, quer nacionais quer estrangeiras.

Para Aires de Carvalho, a instalação no distrito de Setúbal de uma infra-estrutura como o Centro de Medicina Desportiva «constituir-se-ia como um imprescindível instrumento de apoio ao desporto amador e profissional e ainda como complemento de uma estratégia de desenvolvimento económico e social, delineado pelas forças vivas da região».

J. C. C. B.

DEPUTADA ROSA MARIA ALBERNAZ

Protecção dos animais

UM ASSUNTO CIVILIZACIONAL



A premente alteração à lei de protecção dos animais não é um assunto menor como muitos se esforçam por fazer crer.

Para defender esta perspectiva levantou-se da bancada parlamentar socialista a deputada Rosa Maria Albernaz, para quem esta matéria está em estreita harmonia com o privilégio de se ser Homem.

«Tenho por evidente que há uma estreita relação e complementaridade entre os direitos humanos e os direitos dos animais, e que as sociedades que tratam bem os seus animais, tendem a tratar também melhor as pessoas, e em particular as crianças», disse a parlamentar do PS na sessão plenária da Assembleia da República que se realizou no passado dia 17.

Rosa Maria Albernaz reclamou para esta «causa», pela qual confessou ter uma «motivação inabalável», um estatuto «suprapartidário», recordando que há quem se oponha aos progressos na protecção dos animais para antes protegerem certos interesses e certas actividades específicas. «São forças conservadoras que, a prazo,

mais prejudicam que beneficiam aquilo que querem defender», referiu, explicando de seguida que a resistência a uma imparável tendência social, como é a zoofilia, apenas pode adiar uma derrota garantida.

Neste contexto, a deputada do GP/PS não hesitou em lançar um apelo: «recusemos pois, à partida as habituais alegações de que a zoofilia é um tema de outros povos e cultura e recusemos também outro estafado argumento de resistência à mudança como tem sido a tradição».

Garantindo que o projecto socialista visa, no essencial dois aspectos - a melhoria da lei de protecção dos animais e a aplicação com a aplicação de um quadro contrordenacional adequado e o enquadramento da legislação vigente na matéria sobretudo a que resulta da transposição de convenções internacionais e directivas comunitárias, Rosa Maria Albernaz qualificou o diploma como «equilibrado e moderado».

O projecto mantém assim alguns dos grandes princípios da lei 92/95, com destaque para a proibição de todas as violências injustificadas contra vertebrados.

Contudo, em alguns pontos o diploma inova:

- Propõe-se banir o uso de animais em experiências ou divertimentos que se traduzam no confronto mortal de animais uns contra os outros.
- Propõe-se explicitar a proibição dessa prática indigna e injustificada que são as provas de tiro a alvos vivos.
- Propõe-se ainda a proibição da criação de raposas ou outros predadores para fins de caça.
- Propõe-se a definição de regras simples e claras de venda ou cedência de animais por parte de jardins zoológicos, bem como de venda a menores de 16 anos de idade.
- Consagra-se às associações zoófilas legalmente constituídas a legitimidade para requerer medidas para evitar a violação da Lei de Protecção dos Animais.
- Proporciona-se a criação de um Gabinete para a Protecção e Bem-estar do Animal.
- Associa-se a Direcção-Geral de Veterinária à autorização de espectáculos que utilizem animais.
- No que respeita à tauromaquia, propõe-se que a nova lei reafirme a legalidade da

tourada à portuguesa e a proibição vigente de touradas de morte em todo o território nacional.

- Ainda para as touradas, preconiza-se a proibição da assistência, por menores de 13 anos quando não acompanhados de adultos.
- Estabelece-se uma sanção acessória que proíbe a detenção de animais por um período de seis meses a cinco anos.

Segundo Rosa Maria Albernaz, «o País assistiu a uma campanha pública sem precedentes de apoio a esta proposta legislativa, com cobertura ampla em todos os meios de comunicação social», acrescentando a sua convicção em que «os portugueses e as portuguesas, e em particular as crianças, os jovens e os idosos, clamam por um quadro legal digno e completo para a protecção dos animais».

Depois de assegurar que se encontra receptiva a propostas de aperfeiçoamento e melhorias, a deputada socialista deixou claro que as eventuais alterações ao diploma deverão respeitar e salvaguardar a manutenção dos «aspectos básicos e essenciais» do que expôs e defendeu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO JOSÉ JUNQUEIRO

Obras públicas

CONTINUAR A CONSTRUIR O FUTURO



Uma estratégia concreta para as obras públicas é o que o deputado socialista José Junqueiro encontra na actualidade que não encontrava na

década cavaquista. A constatação foi feita na sessão parlamentar da passada quinta-feira, dia 18, num debate em que se abordava a política de mobilidade nacional e o conjunto das redes multimodais de comunicações do País.

«As obras públicas têm hoje regras mais claras e mais precisas em matéria procedimental», disse José Junqueiro, acrescentando que esta «é uma modificação sensível no sector, mas que é, simultaneamente, boa para as empresas e os contribuintes».

Na opinião do parlamentar do PS, com esta nova realidade, o sector das obras públicas promoverá projectos «com amor rigor e qualidade» e, sobretudo, projectos que não de aprofundar o conjunto de variáveis que, no passado, puderam estar na base dos «rotineiros desvios às previsões iniciais».

Falando de outra novidade patente no sector em questão, as concessões, o deputado do GP/PS fez questão de salientar que «os privados são chamados a intervir, mas em planos estratégicos de desenvolvimento, assegurando empreitadas de grande dimensão».

«As novas regras, cuja preocupação está na

clareza, transparência e moralização de processos, associadas à realidade dos novos consórcios candidatos à concretização dos planos estratégicos de desenvolvimento, contrariamente às afirmações de alguns, têm permitido mais e melhor obra, mais emprego e mais estabilidade nas empresas, satisfazendo os interesses do Estado e a qualidade de vida das pessoas», explicou José Junqueiro que, posteriormente, apresentou um conjunto de dados estatísticos que corroboram as suas afirmações.

Depois de considerar «natural» que se honrem compromissos anteriores e se assegurem projectos existentes, o deputado socialista frisou a evidência segundo a qual «se lançaram muitos projectos onde apenas se herdaram intenções», «se lançaram muitas obras onde só havia promessas», «se conferiu celeridade e qualidade ao desenvolvimento com a introdução dos consórcios» e que «se dotou de rigor e transparência o conjunto de procedimentos que habilitavam à adjudicação e conclusão das obras».

José Junqueiro terminou a sua intervenção considerando que o Governo e o Partido Socialista não têm de se comparar com ninguém, pois lhes «basta tão-só continuar, com determinação, a realizar os seus compromissos, a construir o futuro e a dizer claramente que o único julgamento que aceitam não é o da oposição ou das coligações negativas, mas o das suas consciências e do povo português».

MARY RODRIGUES

DEPUTADA EDUARDA FERRONHA

Terceira Idade

OBJECTIVO DO GOVERNO É DAR AOS IDOSOS MELHOR VIDA AOS ANOS DE VIDA

«A palavra de ordem do Governo é solidariedade. Esta palavra de ordem faz-nos, hoje, olhar os problemas dos idosos com base em princípios fundamentais: o primeiro é o respeito integral pela dignidade da pessoa idosa no nosso país. O segundo é o reconhecimento do direito à plena integração do cidadão idoso na vida e na democracia portuguesa.» A afirmação é da deputada do PS Eduarda Ferronha, que se tem destacado pela defesa intransigente de uma política activa de solidariedade para com os idosos.

Na intervenção que efectuou no dia 18 de Março, na Assembleia da República, tendo como pano de fundo o Ano Internacional dos Idosos, Eduarda Ferronha sublinhou que «o Governo e a sociedade deverão continuar a encontrar formas de solidariedade para com as pessoas idosas, que lhes proporcione uma substancial melhoria da qualidade de vida e uma melhor integração e participação na comunidade».

Salientando que «o Governo tem assumido de forma continuada as suas responsabilidades políticas e sociais para aqueles a quem o País tanto deve», Eduarda Ferronha lembrou que «as despesas cor-

rentes na área social foram em 1994 de cerca de 74 milhões de contos, contra 129 milhões em 1993».

Eduarda Ferronha passou em revista as grandes apostas, algumas das quais extremamente inovadoras, implementadas pelo Governo do PS para melhorar a vida dos idosos.

Cuidados de saúde

No que concerne à política de pensões do actual Governo, Eduarda Ferronha salientou que «a opção de aumentar em maior percentagem as pensões de montantes mais baixos é um princípio que muito nos deve orgulhar».

Depois de referir, com números, o muito que foi feito, nomeadamente a nível dos cuidados de saúde, Eduarda Ferronha afirmou poder concluir-se que «o Governo está desenvolvendo uma política integrada da terceira idade, para proporcionar qualidade de vida aos idosos».

Acrescentou que «há ainda muito a fazer, mas na área social nada é definitivo». Segundo a deputada do PS, «o objectivo máximo deste Governo é dar aos idosos melhor vida aos anos de vida».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Forte de Peniche

CONTRA O BRANQUEAMENTO DO REGIME SALAZARISTA DE TERROR E DELAÇÃO

Por trás daquela janela
Por trás daquela janela
Faz anos o meu amigo
E irmão

Não pôs cravos na lapela
Por trás daquela janela
Nem se ouviu nenhuma estrela
Por trás daquele portão

Na noite que segue o dia
Na noite que segue o dia
O meu amigo lá dorme
De pé

José Afonso



«São os factos que nos dizem que, de 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974, não obstante as diversas fases que marcaram este

longo período, o regime que durante ele vigorou caracterizou-se pela negação, de forma continuada e institucionalizada, dos direitos, liberdades e garantias definidoras de um Estado de Direito e Democrático, nem sequer respeitando a letra da Constituição em que se fundaria, a partir de 1933», afirmou no dia 17 de Março o deputado socialista Fernando Pereira Marques.

Na intervenção que efectuou na Assembleia da República, Fernando Pereira Marques enalteceu a iniciativa do Presidente da República de efectuar uma visita evocativa ao forte de Peniche, acompanhado de um grupo de ex-presos políticos de diversas gerações e quadrantes ideológicos, porque, conforme referiu Jorge Sampaio, «há um dever de memória a que não se pode nem deve fugir».

Segundo sublinhou o deputado socialista, «bem podem todos os ressentidos que não se conformam com a democracia, os coxos de carácter, os ignorantes e os tolos, afirmar que o fascismo nunca existiu, que os factos na sua cruza aí estão para os desmentir, assim como ainda o testemunho vivido de muitos que têm a obrigação, enquanto cidadãos, de transmitir às novas gerações esse testemunho».

Socorrendo-se de dados fidedignos da Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, que viu o seu trabalho interrompido em 1991 pelo Governo de Cavaco Silva, o deputado socialista revelou que se estimam em 30 mil os presos políticos que passaram pelas prisões do regime fascista de Salazar.

«De uma forma relativamente mais segura, apesar da imprecisão de muitos dados, pode dizer-se que, de 1932 até 1951 – período estudado e sobre o qual a Comissão do Livro Negro publicou cinco vo-

lumes de documentos – foram presas 16 424 pessoas, das quais 554 mulheres», disse.

Trinta mil presos políticos

Quanto ao campo de concentração do Tarrafal, Fernando Pereira Marques lembrou que de 1936 a 1946 foram deportados para este campo de inspiração nazi 369 presos, muitos dos quais sem julgamento, tendo falecido 70 presos no campo da «morte lenta» e nas cadeias políticas da metrópole.

«O principal instrumento de repressão era, como se sabe, a polícia política, formada em cooperação com as congéneres nazi e mussoliana, e que ocupava um lugar nuclear na estrutura político-administrativa do regime», salientou.

Violência institucionalizada

Depois de lembrar toda uma série de arbitrariedades no plano jurídico, Fernando Pereira Marques frisou que «quando se fala da repressão no regime que vigorou até 25 de Abril, não se está a falar de incidentes pontuais e dispersos de violação dos Direitos do Homem e do cidadão, mas sim de uma violência institucionalizada que estava no cerne desse mesmo regime».

Fernando Pereira Marques afirmou, a propósito, que o chamado Estado Novo era um regime «cujo sistema de dominação assentava na acção eficazmente exercida sobre a sociedade e as pessoas em todas as frentes, não só através da polícia, mas também de muitos outros instrumentos como a censura, a manipulação pelo medo e o incentivo à delação».

Hipocrisia fradesca do ditador

A que se juntava, naturalmente, adiantou, «a inexistência de liberdades sindicais e laborais, a diabolização da política e a imposição do partido único».

E tudo isto, acrescentou, «sob a capa de um formalismo legitimador, à imagem da hipocrisia fradesca do ditador que conseguiu fazer de Portugal um país "em diminutivo", como dizia Alexandre O'Neill». Fernando Pereira Marques, na sua intervenção brilhante contra o esquecimento e o branqueamento do regime fascista, reafirmou ainda em seu nome pessoal e em nome do GP/PS a gratidão aos militares de Abril que foram, recentemente, «alvo de uma das mais indignas e lamentáveis campanhas de denegrimiento de que há memória na curta história da nossa democracia».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA ISABEL SENA LINO

Violência doméstica

CASAS DE APOIO NÃO RESOLVEM



A Assembleia da República debateu, no dia 18, o projecto dos Verdes, sobre a criação de uma rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas

de violência, e do Partido Popular que prevê a regulamentação da legislação que garante a protecção às mulheres vítimas de maus tratos.

Durante a sua intervenção, a deputada socialista Isabel Sena Lino apontou para o facto de que «as iniciativas já desenvolvidas pelo Governo e as actualmente em curso diluem as soluções constantes nestes diplomas, as quais são positivas quanto às intenções que lhes são subjacentes, mas pouco inovadoras». Para a parlamentar do PS, o esforço manifestado quer pelo Executivo quer pela oposição para levantar «o véu silenciador da violência» que durante anos caracterizou muitas relações familiares e sociais em Portugal é digno de destaque.

Falando especificamente sobre as recomendações apontadas pelo projecto de resolução do CDS/PP, Isabel Sena Lino verificou que o diploma propõe poucas soluções inovadoras, «dado que a maioria das medidas preconizadas fazem parte do Plano Global para a Igualdade de Oportunidades aprovado em resolução de Conselho de Ministros e das Grandes Opções do Plano para 1998 e 1999».

Quanto à criação de uma rede a nível nacional de casas de apoio às mulheres vítimas de maus tratos, uma proposta apresentada ao Parlamento também pelo PEV, a deputada do GP/PS fez notar que estas infra-estruturas

seriam fundamentalmente orientadas para a integração e apoio das cidadãs alvo de violência, e que o diploma remete expressamente para o Estado, através do Governo, a responsabilidade de assegurar a criação, instalação, funcionamento e manutenção dessa rede pública.

Ora, segundo a parlamentar socialista, o GP/PS considera que a filosofia correcta sobre as casas de abrigo já está consagrada na lei em vigor, aprovada por unanimidade.

«Nos termos do seu artigo 5º, o Estado apoia e estimula a criação. Não tem de criar e manter ele próprio», observou, acrescentando que, «para além disso, a criação de casas de abrigo tende, hoje em dia, a ser desvalorizada, a favor de mecanismos preventivos da violência».

Convicta na ideia segundo a qual as casas de abrigo não resolvem nada em definitivo, Isabel Sena Lino explicou que o projecto do PEV quis ser abrangente quanto à distribuição das infra-estruturas em questão, «mas acabou por ser omissa no tocante às principais vítimas de violência doméstica: as crianças».

«Este projecto de diploma, não obstante as intenções louváveis que lhe estão subjacentes, parte de uma concepção muito estatizante e até certo modo asfíxiante da sociedade civil, incumbindo o Estado de criar uma rede pública de casas de apoio, obedecendo a um modelo rígido cuja implementação automática e não faseada poderá ser desadequada face a uma realidade que se não traduz de forma idêntica nas diversas regiões do País», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADO FERNANDO JESUS

Requerimento

QUINTA E CONVENTO DE ANCEDE



A situação da Quinta e Convento de Ancede, no Baíão, foi objecto de um requerimento apresentado no dia 17, na mesa da Assembleia da República,

pelo deputado do PS Fernando Jesus. No documento, Fernando Jesus refere que no final da década de 80, a Câmara Municipal de Baíão adquiriu uma quinta denominada Quinta e Convento de Ancede, com a área aproximada de 3 hectares, pelo valor de 12 mil contos.

Entre outros aspectos, o deputado do GP/PS lembra que depois de vários protocolos com o Ministério da Agricultura, foi possível celebrar um protocolo de acordo entre a autarquia e o município.

Neste protocolo, segundo lembra Fernando Jesus, a edilidade de Baíão cedeu pelo pra-

zo de 50 anos o direito de superfície da Quinta e Convento de Ancede para que ali fosse instalado um Centro de Formação de Agricultores.

Por outro lado, refere o deputado do PS, dado o valor histórico e cultural do Convento, a Câmara de Baíão solicitou então também ao IPPAR a classificação do Convento e da Capela do Senhor do Bom Despacho. No entanto, Fernando Jesus sublinha ser com «profunda tristeza» que constata que o acordo celebrado entre a autarquia e o ministério «não foi cumprido» pelo Governo do PSD de então.

Assim, o deputado do PS solicita, no requerimento, que o Ministério da Cultura o informe sobre a situação em que se encontra o processo de classificação do Convento e da Capela, junto do IPPAR.

J. C. CASTELO BRANCO

ICEP PASSA A HOLDING

O ministro da Economia, Pina Moura, anunciou, no dia 22, no Porto, que o ICEP - Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal vai ser transformado numa holding, que deterá quatro sociedades vocacionadas para outros tantos ramos de actividade. Pina Moura, que falava na posse do conselho de administração do ICEP, disse que a holding irá gerir o ICEP - Investimentos, o ICEP - Turismo, o ICEP - Comércio e o ICEP - Imagem, Comunicação e Informação, estando esta última já constituída.

O ICEP - Comercio terá a sua sede na Cidade Invicta, prevendo-se que venha a instalar-se na Exponor, em Janeiro de 2000.

Segundo o ministro, a instalação desta unidade no Porto baseia-se no facto de ser no Norte onde existe o maior volume de contactos comerciais com o exterior.

Na sua intervenção, em que anunciou as principais linhas que orientarão a futura Lei Orgânica do ICEP, em preparação, Pina Moura salientou a «estreita colaboração» que irá ser desenvolvida entre as delegações do ICEP e as embaixadas portuguesas, no «aproveitamento de sinergias» e atendendo a que «a componente económica esta cada vez mais presente na política externa».

«Até há um ano atrás, por razões que não interessa agora enunciar, não havia articulação - ou funcionava muito pouco - entre a rede de delegações do ICEP e as embaixadas», referiu, acrescentando que a presença do embaixador Vieira Branco no conselho de administração do ICEP «não é apenas uma representação formal, mas visa promover com o Ministério da Economia a interacção entre as duas redes».

O conselho de administração do ICEP foi reconduzido, na passada segunda-feira, mantendo-se na presidência Guilherme Oliveira Costa.

Segundo Pina Moura, «o ICEP e uma das maiores multinacionais portuguesas, consi-



derando a extensão da sua rede de delegações» e «abre agora uma nova página da administração português», nomeadamente no que respeita à «articulação estreita entre o Ministério da Economia e o Ministério dos Negócios Estrangeiros».

O governante acrescentou que está a ser desenvolvido um estudo sobre os mercado-alvo, tendo em conta que o que se pretende «não é ter muitas delegações, mas fortes delegações».

Nesse sentido, referiu como mercados estratégicos a União Europeia, o Brasil, no quadro da América Latina, Angola e Moçambique, na África Austral, Marrocos e Tunísia (África do Norte), e Japão, Coreia e China (Extremo Oriente).

Na sua intervenção, no Palácio da Bolsa, Pina Moura explicou a necessidade de reorganizar o ICEP, com vista a «aligeirar, flexibilizar» a sua estrutura, traçando o quadro em que o instituto desempenha actualmente as suas funções e comparando-o com aquele que existia há três anos, quando o conselho de administração agora reconduzido tomou posse.

«Portugal está na União Económica e Monetária, o que há três era uma hipótese optimista», disse, frisando que «daqui decorrem três consequências».

«A primeira decorre do novo perfil político e económico em que as agências e institutos ganham um novo relevo», afirmou, salientando em seguida, e como segunda consequência, as «transformações conceptuais» provocadas pelo facto de entre 75 a 80 por cento das exportações dirigirem-se a União Europeia, o que faz com que «deixem de ser exportações e passem a ser vendas».

Por outro lado, frisou que «há um novo posicionamento» face ao «novo dinamismo criado pelo investimento, quer a escala internacional, quer a escala nacional», citando, a propósito, a política de fusões e de concentrações que tem vindo a desenvolver-se a escala europeia e mundial.

Valor acrescentado...

O ministro da Economia frisou ainda que «Portugal deixou de ser um país importador

de capitais, para passar a ser também exportador de capitais, com todas as consequências para a actividade do ICEP». Referindo-se ainda à evolução ocorrida nos últimos três anos, Pina Moura sublinhou que no início «a marca Portugal tinha um mal endémico, que tirava valor aos produtos e serviços portugueses, por muita qualidade que eles tivessem».

«Era esta a realidade há três anos», sustentou, utilizando em seguida uma «metáfora da política cambial» para afirmar que «a marca Portugal sofreu um choque assimétrico, num processo de valorização real nos mercados internacionais».

Para esta evolução contribuíram, entre outros factores, segundo salientou, o facto de Portugal ter tido o Prémio Nobel da Literatura, de ter sido membro do Conselho de Segurança da ONU, de ter um outro desempenho quanto a Timor-Leste e de «ser capaz de acolher a Capital Europeia da Cultura», em 2001, no Porto.

«Estas condições, que ainda não estão consolidadas, acrescentam em vez de tirar valor aos serviços e produtos portugueses», disse.

Neste quadro, considerou que o actual conselho de administração do ICEP, ainda que reconduzido, «não é de evolução na continuidade», dado que face «aos novos tempos» se impõem «novas tarefas».

Pina Moura referiu que o presidente do ICEP, Guilherme Costa, irá presidir às quatro unidades, devendo a respectiva lei orgânica ser aprovada antes do final da actual legislatura. O ministro anunciou também alterações no IAPMEI, cujo conselho de administração toma posse no início de Abril.

A propósito, disse que a administração passará de cinco para sete membros, correspondendo este alargamento a uma sub-divisão que terá, por um lado, as médias e as grandes empresas e, por outro, as pequenas e microempresas.

POPULAÇÃO DISPÕE DE 30 SERVIÇOS «CONCENTRADOS»

A primeira Loja do Cidadão conta com 30 serviços disponíveis desde ontem, através de um protocolo a assinado pelo secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa, Fausto Correia.

Localizada no edifício Atlanta II da Rua Abranches Ferrão, nas proximidades da estação de metro das Laranjeiras, Lisboa, esta Loja do Cidadão pioneira concentrará diversos serviços de apoio à população, como explicou fonte da Secretária de Estado da Administração Pública.

Os serviços vão desde a Direcção-Geral

de Protecção Social aos funcionários públicos, ADSE, e dos Centros Regionais de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, e do Norte, com recepção de documentos e fornecimento de modelos e suportes informativos, até ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, com informação específica e genérica de programas e medidas de emprego e orientação profissional.

Obter informações fiscais, proceder à entrega de declarações periódicas de IRS (Imposto sobre o Rendimento Singular), bem como alterar ou iniciar actividade, são outros serviços disponibilizados pela Direc-

ção-Geral de Impostos na Loja do Cidadão.

Pedidos e entrega do Bilhete de Identidade, títulos de propriedade automóvel ou reserva de propriedade, hipotecas voluntárias, locação financeira, e ainda pedidos de certidões de registo civil, predial, comercial e automóvel, estarão também aqui disponibilizados pela Direcção-Geral dos Registos e do Notariado.

O cidadão pode ainda recorrer à Loja para tratar do passaporte ou do certificado de registo criminal pois aqui estarão representados os Governos Cívicos de Lisboa e do Porto e a Direcção-Geral dos Serviços Ju-

diciários.

Renovar a carta de condução, substituição ou segunda via, apresentar reclamações ao Instituto do Consumidor ou realizar exames médicos através do Instituto Nacional do Desporto (Centro de Medicina Desportiva) são ainda outras alternativas que a Loja do Cidadão pretende oferecer.

Estarão ainda disponíveis serviços de atendimento jurídico sobre relações laborais e ainda serviços de Saúde, como obtenção do cartão de utente do SNS (Serviço Nacional de Saúde), acesso a cuidados de saúde nos centros e hospitais e pedidos de certidões e relatórios clínicos.

COLÓQUIO

Helena Roseta lembra

MULHER TINHA ANTES DE ABRIL ESTATUTO DE SUBCIDADANIA

«A» mulher portuguesa tinha antes do 25 de Abril um estatuto de subcidadania», lembrou no dia 20 Helena Roseta.

A deputada do PS falava num debate subordinado ao tema «25 anos depois, que caminho para a igualdade», organizado pela Junta e Assembleia de Freguesia da Penha de França, e que contou com a participação de Odete Santos (PCP), Virgínia Estorninho (PSD) e do capitão de Abril Barbosa Pereira.

No colóquio que decorreu no salão paroquial da Igreja da Penha de França, Helena Roseta realçou a participação muito intensa das mulheres nos primeiros meses a seguir à Revolução dos Cravos.

Depois de recordar o papel de menoridade que a legislação retrógrada do Estado Novo reservava à mulher, atribuindo-lhe um «estatuto de subcidadania», Helena Roseta referiu que a Constituição da República «consagra a igualdade como um direito profundo, fundamental».

Ressalvou, no entanto, que entre o reconhecimento dos direitos das mulheres e a prática continua a haver uma grande dis-



tância. «Continua a haver desequilíbrios, desigualdades», disse.

Definindo-se como uma lutadora, Helena Roseta sustentou que a batalha pela igualdade «é uma luta difícil, mas que só pode enriquecer a democracia».

Em jeito de balanço, Helena Roseta sustentou que o século 20 que agora termina ficará marcado pela «revolução do papel da mulher na sociedade».

No debate que contou com uma participação muito activa do numeroso público presente, a deputada socialista referiu, a

propósito da discriminação de que são alvo as mulheres e os capitães de Abril, que «todos os que são vítimas de discriminação fazem parte da minha causa». Helena Roseta sublinhou que o grande indicador sobre a desigualdade existente entre homens e mulheres na nossa sociedade é a estatística dos tempos livres.

Igualdade de direitos

«As mulheres têm sempre menos tempos livres que os homens», disse.

Muito aplaudida pelo público presente, Helena Roseta apelou a que as mulheres continuem a participar activamente na construção de uma sociedade onde a igualdade de direitos entre homens e mulheres seja uma realidade.

De destacar ainda nas diversas intervenções realizadas no debate a denúncia da discriminação que as mulheres sofrem no mundo do trabalho, fruto de uma visão retrógrada e economicista de alguns empresários portugueses, que continuam a torner a legislação não reconhecendo vários direitos às mulheres.

J. C. CASTELO BRANCO

EFEMÉRIDE

22 de Março de 1968

MÁRIO SOARES DEPORTADO PARA SÃO TOMÉ

«A» 22 de Março de 1968 o advogado e resistente antifascista Mário Soares, então com 43 anos, era deportado para São Tomé.

Por essa altura, nos EUA, com a contestação à guerra do Vietname como pano de fundo, o «flor power» estava no auge; em Inglaterra os Beatles lançavam o álbum emblemático «Sargeant Peppers»; Paris estava a dois meses do Maio de 68. Mais a Sul, no continente africano, as guerras de libertação continuavam.



Por cá, a tristeza continuava. Milhares de jovens embarcavam para a guerra no «Ultramar», outros desertavam, e milhares de portugueses fugiam à miséria dando o «salto» até França e o ditador de Santa Comba impunha a Mário Soares a deportação para São Tomé.

Era o castigo imposto por Salazar ao futuro fundador do PS pelo seu envolvimento na divulgação do escândalo sexual dos «ballets rose», no qual estavam envolvidas figuras de topo do regime fascista, o que demonstra bem a hipocrisia dessa gente

tão católica e moralista.

No «exílio» em São Tomé, que só terminou com a chegada de Marcello Caetano ao poder, Mário Soares era controlado por alguns esbirros da PIDE.

Em Lisboa, ficavam a sua mulher, Maria Barroso, e os seus dois filhos, Isabel e João, então dois adolescentes.

Com Mário Soares em São Tomé, os democratas, nomeadamente os seus «compagnons de route», não baixavam os braços e continuavam a luta contra a prepotência do regime salazarista. J. C. C. B.

EFEMÉRIDE

I Encontro da Canção Popular Portuguesa

QUANDO A CANTIGA ERA UMA ARMA

«E» m pleno outono marcelista, depois da tentativa falhada do golpe das Caldas e do patético beija-mão da brigada do reumático a Marcello Caetano, realizou-se no dia 29 de Março de 1974 o I Encontro da Canção Popular Portuguesa, onde foram entregues os prémios atribuídos pela Imprensa no ano anterior.

Neste encontro da música popular portuguesa, rodeado de forte aparato policial desde a PSP até à infame PIDE, actuaram



no Coliseu dos Recreios grandes intérpretes e compositores como José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Manuel Freire, José Jorge Letria, Vitorino e Ary dos Santos.

Num ambiente de autêntico Canto Livre, democratas de vários quadrantes compareceram em peso no Coliseu para ouvir os cantores de uma revolução anunciada, que, diga-se de passagem, estavam na mira dos pequenos ódios caseiros dos pides e legionários do regime que cerca

de um mês mais tarde viria a cair de podre na rua no dia de todas as surpresas.

Foi uma noite inesquecível, a cheirar a Primavera e a Democracia, aquela que o numeroso público presente no Coliseu viveu. Infelizmente, 25 anos depois, e porque 48 anos de obscurantismo e dez de cavaquismo deixam marcas, a música que actualmente mais vende em Portugal é esse subproduto que dá pelo nome de «pimba», a demonstrar que muito ainda tem de ser feito pela cultura no Portugal de Abril. J. C. CASTELO BRANCO

IMPERATIVO: OFERECER CONDIÇÕES

É «imperativo oferecer a todos os desempregados mais e melhores condições para obter emprego», reconheceu o ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, apesar de considerar impossível dar emprego a todos os desempregados.

Ferro Rodrigues falava, recentemente, no encerramento do seminário «Empregabilidade e Valorização dos Recursos Humanos», no âmbito da preparação do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES).

Para o governante, é necessário respostas precoces ao desemprego, o que depende da eficácia dos serviços públicos de emprego e de toda a administração pública, mobilizando os esforços de toda a comunidade. O ministro defendeu que a prevenção do desemprego deve assentar numa estratégia de permanente requalificação dos activos e terá de ser o principal instrumento para combater a debilidade da força de trabalho portuguesa no plano da escolaridade e qualificação.

Considerando que o emprego continua a mostrar «um dinamismo positivo» em Portugal, Ferro Rodrigues identificou como casos mais preocupantes o alto nível de desemprego juvenil, um desemprego feminino maior do que o masculino, a elevada



percentagem de trabalhadores precários nos empregos criados, e o peso do desemprego de longa duração.

O ministro defendeu o reforço do peso das «actividades de futuro» mais intensas em conteúdo tecnológico e de valor acrescentado.

Outras medidas passam por sustentar o emprego nos sectores em reestruturação, que assumem ainda importância decisiva no emprego nacional, por manter ritmos elevados de expansão da procura interna, nomeadamente de investimento, e consolidar a capacidade de criação de empregos socialmente integradores.

Vieira da Silva, do Ministério do Trabalho e Solidariedade, salientou que, quando a economia portuguesa cresce, o que aumenta mais são os contratos a prazo, que são também os primeiros empregos a cair quando a economia desacelera, tendo o emprego juvenil um comportamento semelhante.

A mesma fonte revelou que um estudo da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) mostra que, apesar de o desemprego juvenil não ser muito grande, a percentagem de jovens portugueses sem emprego, um ano depois de terminada a escolaridade, é das mais elevadas da OCDE com um diferencial particularmente elevado entre os que têm cursos superiores.

FORMAÇÃO E INSERÇÃO **Rede «Ajuda» 1 500 idosos**

MAIS 500 POSTOS DE TRABALHO PARA O ALENTEJO

O Executivo socialista pretende apoiar cerca de 1 500 idosos do Alentejo e criar meio milhar de postos de trabalho nos serviços domiciliários nos próximos três anos com a rede «Ajuda», apresentada, recentemente, em Évora.

Trata-se de uma iniciativa-piloto, a vigorar até ao ano 2001, no âmbito do Plano Regional de Emprego para o Alentejo, cuja portaria foi assinada pelos secretários de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, e da Inserção Social, Rui Cunha. O programa representa um investimento de 1,5 milhões de contos e serve para prestar apoio domiciliário a idosos ou portadores de deficiências, além de estimular a criação do autoemprego.

Durante a cerimónia de apresentação do programa, Paulo Pedroso realçou que a rede Ajuda «visa melhorar a qualidade de vida e o bem estar dos idosos, criar emprego e promover a conciliação entre a família e o trabalho».

«Neste caso, não só estimulamos as respostas do lado da oferta, através de acções de formação para prestadores de serviços de apoio domiciliário e de um con-

junto de incentivos à criação de emprego neste domínio, como conjugamos as respostas dinamizando a procura e subsidiando os dependentes carenciados», sublinhou.

De acordo com o governante, a rede «Ajuda» tem um «enorme potencial» no âmbito do aumento da taxa de emprego no Alentejo.

O secretário de Estado da Inserção Social, Rui Cunha frisou que se trata de uma experiência piloto a desenvolver no Alentejo, uma região com problemas de desemprego e com um elevado número de idosos. Rui Cunha lembrou ainda o Ano Internacional das Pessoas Idosas, apelando ao aprofundamento da solidariedade intergeracional, e afirmou que na actual legislatura o número de idosos a receber apoio domiciliário duplicou (cerca de 40 mil). Por seu turno, o secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, lançou, no dia 18, o «Estudo de Caracterização das Práticas e de Acompanhamento e Inserção Profissional para Públicos com Dificuldades de Integração». A sessão decorreu na Universidade de Évora.

TRABALHO **Formação profissional**

CENTENAS DE PESCADORES E MULHERES EM ACÇÕES DE VALORIZAÇÃO

As Secretarias de Estado das Pescas e do Emprego e Formação Profissional, através do PROPESCA e com o apoio do Instituto do Emprego e Formação Profissional, preparam para os próximos dois meses acções de valorização socioprofissional destinadas a 400 pescadores e mulheres de pescadores.

Assim, iniciaram-se na semana passada dois cursos de valorização socioprofissional das mulheres dos pescadores da pesca local costeira na Zona Norte.

Trata-se de um conjunto de acções que visam dar às mulheres uma série de instrumentos de apoio à actividade dos pescadores.

Por outro lado, tiveram início igualmente vários cursos de reciclagem de profissionais que operam na pesca em Marrocos, no âmbito do Acordo União Europeia-Marrocos.

De salientar ainda que na última reunião da Secção Especializada da Vertente FSE da Unidade de Gestão do PROPESCA, foram



aprovados cinco projectos apresentados pela Escola de Pesca e da Marinha de Comércio.

Os referidos projectos abrangem um universo de 144 formandos, correspondendo a 39 684 horas de formação.

Será ministrada formação para motorista prático, mestre costeiro pescador e segurança básica.

AMBIENTE

Impacte ambiental

APRESENTADA NOVA LEI

Anova Lei de Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) dos projectos públicos e privados já está pronta e, depois de ter sido apresentada publicamente, no dia 12, pela ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, ficará sujeita a discussão pública até 15 de Abril.

O novo regime prevê a consulta pública desde o início dos empreendimentos. Com este decreto-lei é transposta para a legislação nacional a directiva 97/11 da Comissão Europeia, pressupondo igualmente uma pós-avaliação.

O Governo aguarda a autorização legislativa pedida em Junho do ano passado à Assembleia da República, nomeadamente para o estabelecimento das coimas a aplicar em caso de violação das novas regras. Obtida esta, restará a Elisa Ferreira um prazo de 90 dias para publicar o decreto-lei.

A partir de então está aberto caminho à participação pública na avaliação do impacte ambiental desde o início dos projectos, o que poderá ser feito por escrito e deverá ser tido em conta pelo proponente da obra.

Caso contrário, as faltas têm que ser devidamente justificadas no próprio estudo, o que constitui um dever de fundamentação para o proponente.

A estas regras não poderão escapar momentaneamente os grandes projectos, cuja discussão pública oscilará entre 30 a 40 dias, prazo sensivelmente reduzido para metade para projectos de menor dimensão.

A diferença de dimensão dos projectos, logo dos respectivos impactes ambientais, é, aliás, ressaltada na lei, que estabelece para os

grandes projectos duas fases de EIA, excluindo o pública da discussão das questões mais técnicas.

Do mesmo modo são distintas as responsabilidades finais em cada projecto. Nos menores, como uma indústria têxtil, uma pedreira ou mesmo uma barragem agrícola, a decisão cabe às direcções regionais do ambiente. Ao Ministério do Ambiente caberá a palavra final para os projectos de maior dimensão.

Inovadora é também a introdução da pós-avaliação, cujo objectivo é estabelecer um sistema de acompanhamento durante a construção, funcionamento, exploração e desactivação do projecto, de forma a garantir o cumprimento das condições estabelecidas na AIA, e evitar, reduzir ou compensar os impactes negativos dos projectos ou o eventual estabelecimento de medidas não previstas.

É, afinal, um instrumento dissuasor das infracções, tornando mais fácil controlar os impactes.

Finalmente, a nova lei prevê situações em que o estudo de impacte ambiental pode ser dispensado, nomeadamente em situações de calamidade pública e emergência grave em matéria de saúde pública ou defesa de um projecto específico, público ou privado e perante despacho ministerial.

Em matéria de multas, o projecto prevê que quem executar projectos sujeitos a AIA sem esta decisão ou viole os seus pressupostos seja punido com uma coima de cem contos a dez mil contos, tratando-se de pessoas individuais, e de 500 contos a 500 mil contos para pessoas colectivas.

EQUIPAMENTOS

Depois de 42 anos na Junqueira

FIL RENASCE NO PARQUE DAS NAÇÕES

Anova Feira Internacional de Lisboa (FIL), no Parque das Nações, foi inaugurada recentemente, com a abertura ao público da Nauticampo, enquanto os velhos pavilhões da Junqueira que albergaram a feira durante 42 anos se preparam para dar lugar a um novo espaço.

O investimento total nas novas instalações da FIL, apresentadas no dia 10 à Imprensa, ascendeu a 25,570 milhões de contos.

O PEDIP participou com sete milhões de contos e a parte restante foi financiada pela Associação Industrial Portuguesa através de fundos próprios e recurso a empréstimo bancário.

Para renovar o parque da Junqueira estão orçamentados 2,3 milhões de contos.

A nova Feira Internacional de Lisboa tem uma área de cem mil metros quadrados, mais do dobro do espaço anterior.

Para já serão utilizados apenas quatro dos cinco lotes de terreno no Parque das Nações adquiridos pela AIP por cinco milhões de contos.

Apesar da abertura oficial já ter acontecido, as obras de construção de oficinas e lojas vão continuar até Agosto e a expansão para o quinto lote, que vai abarcar a zona da praça Sony da Expo'98 só será concretizada em 2006.

A inauguração da FIL no Parque das Nações esteve a cargo do Presidente da República, Jorge Sampaio, e do primeiro-ministro, António Guterres.

A comitiva oficial, que integrou ainda outros membros do Governo, chegou ao Parque das Nações pela Porta do Tejo numa vedeta da Armada Portuguesa.

A feira de estreia, a Nauticampo, ocupou a totalidade da área coberta, 40 800 metros quadrados, e teve a participação de cerca de 500 empresas.

Depois da Nauticampo, é a vez da Alimentaria, certamente dedicado ao sector alimentar a realizar de 1 a 5 de Maio e considerado um dos melhores a nível mundial.

Enquanto a nova FIL dá os primeiros passos no Parque das Nações, na Junqueira prepara-se já a demolição de todos os pavilhões, à excepção da estrutura central da autoria de Keil do Amaral, e o alargamento do Centro de Congressos.

O projecto para esta zona da antiga FIL, que se passará a chamar Parque Junqueira, inclui ainda um hotel e uma praça.

A AIP que vai continuar a gerir o espaço, propriedade da Associação Parque Junqueira, uma parceria entre a associação e a Câmara Municipal de Lisboa, conta financiar parte do projecto com a venda a um grupo hoteleiro dos terrenos destinados ao hotel.



EUROPA
UM PROJECTO
DE TODOS OS PORTUGUESES

- José Leitão
- Jaime Gama
- António Vitorino
- Biagio De Giovanni
- Richard Corbett
- José Barros Moura
- José Medeiros Ferreira
- Francisco Seixas da Costa
- Álvaro de Vasconcelos
- Teresa de Sousa
- Jorge Coelho
- Rinaldo Benteim
- Acácio Balmões
- Paulo Pedrosa
- Pedro Adão e Silva
- Mark Kirby
- Miranda Calhã
- Pedro Baptista
- Helena Torres Marques

UNIÃO EUROPEIA
TRATADO DE AMSTERDÃO



Cascais

Bombeiros de Alcabideche com nova viatura

A Câmara Municipal de Cascais vai possibilitar aos Bombeiros Voluntários de Alcabideche a compra de um novo veículo auto-tanque pesado de combate aos incêndios, através da atribuição de um subsídio no valor de 9 800 contos.



Os Bombeiros Voluntários de Alcabideche foram criados em 1927, possuem actualmente um corpo de 80 efectivos e 18 viaturas, actuando na Freguesia de Alcabideche e na zona do parque Natural Sintra-Cascais.

Fafe

Exposição de cerâmica

Desde o dia 18 de Março e até 1 de Abril, está patente ao público, na Galeria Municipal de Fafe, uma exposição de 25 esculturas em cerâmica intitulada «Entre o Céu e a Terra», da autoria do jovem Rogério Ferreira de Sousa.



A iniciativa é do pelouro da Cultura, no âmbito do seu plano de actividades para o ano em curso.

A exposição engloba trabalhos de cerâmica produzidos entre 1990 e 1999, sendo constituída por peças escultóricas que, no seu conjunto, evocam a relação entre a esfera divina, protagonizada por figuras de carácter totémico, e a vida humana, envolvida nos ciclos terrenos de morte e renascimento.

O barro cozido e por vezes pintado é combinado com materiais de origem vegetal ou mineral.

Embora de raiz popular, o trabalho do artis-

ta recorre a um imaginário mítico e religioso proveniente de diversos quadrantes civilizacionais.

IV Encontro de Coros Universitários

O Estúdio Fénix, em Fafe, foi palco no dia 19 de Março do concerto do Coro Universitário de Vigo e do Coral de Letras da Universidade do Porto.

O concerto inseriu-se no IV Encontro de Coros Universitários organizado pelo Coro Académico da Universidade do Minho e que temeste ano uma extensão em Fafe, fruto do apoio da Câmara de Fafe, através do pelouro da Cultura.

Faro

Prevenção da toxicod dependência

O município de Faro deliberou colaborar, na qualidade de promotor local no concelho, no projecto «Prevenir em Colecção», uma iniciativa comunitária de prevenção das toxicod dependências e de outros comportamentos de risco e de promoção da saúde global, dirigido a alunos do 1º ciclo do ensino básico.

Lisboa

Rua de Lisboa em Barcelona

Os presidentes dos municípios de Lisboa, João Soares, e de Barcelona, Joan Clos, inauguraram no dia 19 a Rua de Lisboa em Barcelona.



Trata-se de uma rua ampla com grandes espaços pedonais para passeio e várias praças com árvores, bancos e equipamentos de diversão infantil.

A festa organizada para assinalar a inauguração constou de um programa preenchido por animação de rua, circuitos de bicicleta, visitas a exposições, um espectáculo musical e terminou com um almoço.

Penha de França

Novo balneário

Encontra-se já em funcionamento o novo balneário do Alto da Eira, destinado a ser-

vir a população deste bairro da Freguesia da Penha de França.

Esta nova infra-estrutura, construída pela Junta de Freguesia da Penha de França, vem satisfazer uma necessidade sentida pelos moradores deste bairro e insere-se na sua política de apoio activo aos estratos mais desfavorecidos da Freguesia.

De destacar o empenhamento do camarada Carlos Tecelão, vogal da Junta, na construção do novo balneário.

Porto

Delors visita Bairro da Sé

No passado dia 10 o ex-presidente da Comissão Europeia, o socialista Jacques Delors, esteve no Porto, para ser doutorado pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto e para proferir uma conferência na AIP.



No âmbito desta visita à Cidade Invicta, Jacques Delors visitou o Bairro da Sé, cuja recuperação foi comparticipada pela Comunidade Europeia, na altura da presidência de Delors, sendo um dos primeiros projectos-piloto europeus a merecer tal apoio.

Depois da visita à Sé, realizou-se, na sala das sessões dos Paços do Concelho, uma conferência de Imprensa do presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, e de Jacques Delors.

Povoação

Transferências para as freguesias

A Câmara da Povoação prossegue a sua política de descentralização. O presidente da edilidade, Carlos Ávila, assinou no dia 16 vários protocolos de transferências de serviços administrativos municipais para as juntas de freguesia.

Nos termos dos protocolos, a Câmara vai financiar a colocação de uma unidade de pessoal administrativo, a respectiva formação profissional e o equipamento necessário à prestação de serviços aos cidadãos das freguesias da Ribeira Quente, Furnas, Nossa Senhora dos Remédios, Faial da Terra e Água Retorta.

Vila Franca de Xira

Câmara apoia reinserção de ex-toxicod dependentes

Maria da Luz Rosinha, presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, começa a destacar-se como uma das autarcas-modelo do PS e elege a solidariedade com uma das principais componentes da sua actuação à frente da edilidade.



Assim, ontem, dia 24, Vila Franca de Xira foi um dos primeiros municípios do País a assinar com o Governo o programa «Vida Emprego».

Trata-se de um programa que tem por objectivo a formação profissional e a integração no mercado de trabalho de ex-toxicod dependentes, saídos de programas de recuperação.

A autarquia deverá assim integrar brevemente nos seus quadros de pessoal ex-toxicod dependentes, cujas funções deverão variar de acordo com as necessidades da edilidade e das habilitações literárias de cada indivíduo.

Centro de apoio

Por outro lado, e ainda no âmbito da preocupação do actual Executivo camarário pela intervenção na área da toxicod dependência, vai ser criado ainda neste semestre um centro de apoio que integre acções não só na área da prevenção com também no que concerne ao acompanhamento clínico.

Trata-se de um espaço já reservado na cidade, que terá de ser objecto de algumas obras de melhoramento.

Vila Real de S. António

Mais fogos de habitação social

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António procedeu à entrega de 37 fogos às famílias realojadas do bairro ex-CAR, que viviam em habitações pré-fabricadas há mais de 20 anos.

As famílias beneficiadas ficaram alojadas num bairro de habitação social com 48 fogos construído pela autarquia, num investimento da ordem dos 200 mil contos, com base num protocolo assinado com o INH.

Para o presidente da Câmara, António Murta, «este é mais um passo importante na resolução das carências de habitação no concelho, cujas necessidades ascendem a cerca de 480 fogos, de acordo com um levantamento efectuado pelos serviços camarários».

PS EM MOVIMENTO

ALGARVE

Comunicado da Federação

Num comunicado, o Secretariado da Federação do PS/Algarve «sublinha publicamente a importância das eleições para o Parlamento Europeu agendadas para 13 de Junho de 1999, numa fase de alargamento e aprofundamento do projecto europeu, considerando importante o apelo à participação eleitoral e a informação sobre a importância e o papel do PS na construção europeia».

O PS/Algarve, no comunicado, «saúda a escolha e aceitação de Mário Soares para cabeça-de-lista ao PE, depois de ter sido o principal artífice da integração europeia de Portugal».

Par os socialistas algarvios, o camarada Mário Soares «será agora uma referência da mais democrática das instituições europeias: o PE».

Dai, sublinha o PS/Algarve, «a especial relevância da sua candidatura num momento em que a Europa se encontra numa encruzilhada, marcada pelo debate em torno da Agenda 2000».

AD forjada à pressa

O PS/Algarve, no comunicado, considera que em contraponto à «candidatura suprapartidária e de projecção internacional» de Mário Soares, o PSD e o PP avançaram para «uma coligação forja à pressa, inconsistente e mal consolidada».

Com efeito, adiantam os socialistas algarvios, «a AD vai a eleições sem projecto europeu, presa entre a estratégia de integração do PSD no Partido Popular Europeu, carimbado por federalista por Paulo Portas, e o discurso antifederalista do hoje líder do PP».

Lista AD é salada russa

Os socialistas algarvios referem ainda que «entre federalistas e antifederalistas, liberais e radicais de direita, a lista PSD-PP para as europeias é uma verdadeira salada russa, sem um projecto europeu e uma ideia de Europa».

BEJA

PS assinala Dia da Mulher

A Comissão Política Concelhia do PS/Beja assinalou o Dia Internacional da Mulher, com a realização no dia 7, véspera da efeméride, de um almoço-volante na sede do PS/Beja. O almoço-volante contou com a presença da camarada Maria Carrilho, dirigente nacional do PS e natural do concelho de Beja.

Segundo a Comissão Política Concelhia do PS/Beja, «a afirmação das mulheres na sociedade e na actividade política tem-se manifestado, quase sempre, por um grande esforço competitivo entre homens e mulheres, onde à mulher são exigidas mais provas

PORTO

Exposição

20 ANOS DO «ACÇÃO SOCIALISTA»

Foi inaugurada no passado dia 15 de Março, nas instalações da Federação do Porto do PS, a exposição comemorativa dos 20 anos do «Acção Socialista». Destaque para as presenças, entre outros, do camarada Narciso Miranda, líder do PS/Porto, de José Manuel Ribeiro, líder da JS/Porto, do depu-

tado José Saraiva e de Fernando de Sousa, director do «Acção Socialista».

Largas dezenas de militantes, entre os quais muitos camaradas da JS/Porto, compareceram na inauguração da exposição, tendo observado com muita atenção o percurso de um jornal que ao longo de duas déca-

de responsabilidade para que possa ascender a posições equivalentes. Com uma acção habitualmente discreta mas de fundamental suporte, a mulher, em particular na nossa região, continua a preferir manter-se afastada da cena política quotidiana, reservando-se, isso sim, para as grandes ocasiões onde, sem a sua participação, nada acontece».

Igualdade de oportunidades

Neste contexto, o PS/Beja entende que «é altura de reflectirmos entre nós e discutirmos sem complexos a sociedade em que vivemos para que possamos contribuir decisivamente para cumprir o que Abril prometeu há 25 anos: a igualdade de oportunidades para homens e mulheres».

PAREDE

Novo Secretariado

Na sequência das eleições realizadas na Secção da Parede no dia 5 de Fevereiro, tomaram posse os novos órgãos dirigentes desta estrutura.

O camarada Francisco Cardoso Gonçalves preside à Mesa da Assembleia Geral, que tem como secretários os camaradas Armando Jorge de Almeida Paulos e Rita Ferreira Gonçalves Sobreira.

Por sua vez, o camarada António Maria Rodrigues Soares é o coordenador do Secretariado, que integra ainda os camaradas António Vicente Garcia Pina, Carlos Manuel da Silva Batista, Francelina Beato Marinha Coelho, Fernando Jorge da Silva Rodrigues, Maria de Fátima Ferreira Seguro, Maria Teresa Rodrigues Gago, Manuel Malheiro Lage e Helena Alexandra Chaves Pereira.

Espaço remodelado

Entretanto, fruto do trabalho desenvolvido pelo Secretariado e pelos militantes desta estrutura, todo o espaço da Secção foi remodelado, tornando-o mais aprazível e confortável.

SANTA IRIA DE AZÓIA

Aniversário da Secção

A Secção de Santa Iria de Azóia vai comemorar no dia 17 de Abril o seu 24º aniversário com uma festa de confraternização entre todos os seus militantes.

Do programa consta uma entrega de prémios do torneio de snooker, realizado por esta Secção, no âmbito das comemorações dos seus 24 anos, seguindo-se uma sessão solene e beberete e corte de bolo.



LEI DE AMNISTIA: UM GESTO DE SOLIDARIEDADE

I O ano de 1998 foi, por certo, um dos mais felizes e fecundos para os Portugueses. E não só no presente como já o fora no passado.

Com efeito, foi há 500 anos que os Portugueses chegaram a Índia. E foi também há 500 anos que se fundaram as Misericórdias.

Acresce que nos classificámos no pelotão da frente da entrada na Europa do euro. A Expo-98 foi um sucesso.

Os nossos atletas colheram a maior safra de medalhas e de bons resultados, nos Europeus de Atletismo.

E até o primeiro jogo para o Europeu de Futebol do ano 2 000 nos correu bem.

Ora é precisamente quando há grandes motivos de regozijo à escala nacional que se justifica uma Lei de Amnistia, para os mais infelizes, para os que estão presos, os que estão longe da mulher, dos filhos e dos amigos e também, consequentemente, das alegrias dos seus concidadãos, alegrias que se devem distribuir e repartir.

II - Somos um País Cristão, no essencial sentido de sermos um País de perdão, um País de solidariedade, um País contra a vingança e contra o desprezo dos mais desprotegidos. E tanto assim que dois dos cidadãos mais próximos deste espírito cristão, pelas suas funções específicas, o Senhor Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins e o Sr. Padre Victor Melícias, já lançaram durante 1998, através da comunicação social, o seu apelo a uma Lei de Amnistia.

III - Desde 1964 que trabalhamos na área do Direito Criminal. Sem falsa modéstia, julgamo-nos com legitimidade para afirmar que conhecemos bem os dramas das cadeias, os de dentro e os de fora, para quem tem os pais, ou os irmãos ou os namorados presos. Não vamos afirmar que as cadeias sejam dispensáveis, nem que os reclusos sejam, por regra, anjinhos ou meninos de coro.

Mas a Justiça, a sua Administração, em especial na área penal, é uma das tarefas mais exigentes, mais difíceis, mais sensíveis, da relação entre o Poder e os Cidadãos.

E não é encostando à parede quem cometeu um acto ilícito, não é humilhando-o e desvalorizando-o, quiçá arrancando-lhe um olho ou um dente, que se luta contra a criminalidade, por forma eficaz.

Basta notar o efeito do perdão e da compreensão atribuídos a Sá Pinto e a Dimas, e a sua reacção extremamente positiva, a esse estender de mão, a esse gesto de solidariedade, para se perceber que não é de facto com violência que se melhoram e recuperam as pessoas.

E o que aconteceu com os dois referidos jogadores é afinal o que acontece com a maioria dos Portugueses, reclusos nas cadeias, ou simplesmente arguidos em processos criminais. Se não se acreditar no ser



humano e na sua capacidade de recuperação, não há Direito Penal que vingue, nem Lei Penal nem Justiça de rosto humano, isto é, não haverá Direito, nem Lei nem Justiça Cristãos.

IV - Talvez não fosse desajustado nem excessivo, afirmar que cada sociedade tem os marginais que merece e que ela própria os gera, através dos seus actos de excesso de egoísmo e de desinteresse pelo próximo.

Afigura-se assim deveras duvidoso que a sociedade disponha de efectiva legitimidade para punir, para aplicar penas, precisamente àqueles que essa mesma sociedade gerou no ventre do seu egoísmo, das suas limitações e das suas próprias culpas. A pena é, pois, um elemento viciador descaracterizado do sistema penal e, quando muito, um *mal* necessário.

E de que, por isso, haverá que fazer o uso mais prudente e mais limitado e só quando faleçam todos os outros meios.

Mas se a sociedade carece de legitimidade para castigar, para aplicar penas; todavia, dispõe de inteira legitimidade para se defender.

Assim, há que substituir a ideia e a palavra *pena* pela ideia expressão *medida de defesa*. Ela. O que parecendo um mero jogo de palavras, não o é, antes implica uma completa alteração da essência e da perspectiva do Direito Penal.

É que as medidas de defesa só deverão ser aplicadas e usadas, na estrita medida da sua efectiva necessidade em defesa da sociedade e deve pôr-se-lhe cobro imediato quando deixem de justificar-se e por todas as vias.

E aos justicados em vez da humilhação e violência da pena que sempre provoca revolta e conseqüente desforço, deverá antes abrir-se-lhes a porta do regresso e da recuperação, tão logo a sociedade deixe de se sentir ameaçada.

Ora a Lei de Amnistia é uma das vias de abertura mais fecundas, porque em vez da pena e da vingança que o castigo sempre

é, se traduz em perdão e em solidariedade, espavita o melhor do ser humano, o sentido da gratidão, e adormece o pior, o sentimento de revolta e de ódio.

Acresce que diversamente do que possa dizer-se nas conversas de autocarro, as cadeias estão cheias de cidadãos capazes de regressar à família, ao trabalho e à vida, cidadãos que há muito deixaram de ser perigosos para a convivência social e muitos, porque apenas delinquentes ocasionais, nem sequer chegaram a sê-lo nunca. E é para eles que a amnistia /perdão de penas, tem o maior significado e as conseqüências mais benéficas.

V - Os argumentos contra as amnistias são, por regra, falaciosos e ignaros.

Desde logo, não se trata duma interferência do poder legislativo (as Leis de Amnistia são da *exclusiva* competência da Assembleia da República) no poder judicial.

Antes demais, porque a Lei prevê as amnistias como medida normal e secular de clemência que em nada contraria as decisões judiciais, antes as complementa, até porque também estas não têm que ser decisões de vingança nem alheias à benevolência, bem pelo contrário.

Por outro lado, na hierarquia dos poderes, o poder legislativo exercido pelos efectivos e directos eleitos pelo Povo, sobrepõe-se ou pelo menos antepõe-se claramente ao poder judicial, a quem só cabe a aplicação das leis.

As Leis da Amnistia não contrariam pois em nada a harmonia dos poderes num Estado de Direito Democrático: são como que uma medida directa de clemência do Povo para o Povo, e desfrutam pois da mais profunda e inteira legitimidade.

Também não é verdade que as Leis da Amnistia favoreçam a proliferação da criminalidade.

Por outro lado, porque as Leis de Amnistia são sempre limitadas e contidas e não atingem os delinquentes efectivamente perigosos ou irrecuperáveis que são, aliás, uma percentagem diminuta dos reclusos portu-

gueses (quando muito, 10 a 20 por cento). Por outro lado, porque, contra o que possa pensar-se, não são as longas penas que recuperam, mas antes as que mais degradam, e, por isso, devem ser sempre excepcionais.

Quanto ao perdão concedido, basta que o mesmo seja condicional, sujeito a um período mais ou mais longo de prova e de bom comportamento, sob pena de ser revogado, para que se transforme, afinal, em medida pedagógica e de efeitos exemplares no comportamento do arguido.

Aliás, as saídas precárias são um claro exemplo do valor da confiança no recluso para a sua melhoria e recuperação (*é só esta, afinal, a única via de eficaz e definitiva de combate à criminalidade*).

A percentagem de reclusos que não regressam à cadeia, após as saídas precárias, e mínima, não chega a três por cento como ficou esclarecido recentemente.

E, no entanto, a quase totalidade dos reclusos (mais de 97 por cento), depois de cumprirem anos de prisão, após magros dias de liberdade, com montanhas de assuntos por resolver e não só os afectivos, regressam para cumprir ainda mais alguns anos (não apenas meses ou dias) de privação de liberdade.

O que bem comprova que a confiança, o estender da mão, um gesto de solidariedade, redime e melhora e conquista muito mais que os actos de dureza e ferocidade que, esses sim, estão na origem e são a causa da criminalidade e da sua recidiva.

Finalmente, também somos de opinião que a vítima tem de merecer a mais alta prioridade na sua defesa e consideração.

Mas a Lei de Amnistia não tem que esquecer nem pode esquecer as vítimas: basta que se condicione o benefício da amnistia, ao pagamento antecipado à vítima dos prejuízos por ela sofridos, o que se traduz, em muitos casos, na única via de conseguir o seu ressarcimento.

Por último, devem excluir-se da amnistia, os crimes de violência física sobre as pessoas.

VI - Já passaram mais de cinco anos sobre a última Lei de Amnistia.

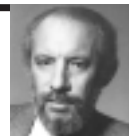
Justifica-se, pois, a todas as luzes, que a sociedade portuguesa faça chegar às cadeias e distribua pelos reclusos, nossos concidadãos, alguma da alegria que nos tem bafejado, num espírito não só de solidariedade que é o cerne da nossa civilização cristã, mas também porque o perdão é na verdade a via mais eficaz de combate à criminalidade.

A Lei de Amnistia, medida directa de Justiça do Povo para o Povo, ajuda também a colmatar muitas brechas e deficiências que a complexa e pesada máquina da Justiça não deixa de comportar e que só a ferramenta específica da Lei de Amnistia / Perdão permite efectivamente sanar e corrigir.

*Advogado

REFLEXÕES

José Niza



AD: «NUMERUS CLAUSUS» PARA O PS

É Verdade. Eles têm razão. Há PS a mais. Em Portugal, nas instituições, nos órgãos de soberania.

Como é que isto chegou onde chegou, como é que o PS conseguiu ganhar tantas eleições, é coisa do outro mundo, é coisa de bruxaria.

De um momento para o outro, os eleitores portugueses, que sempre tinham acertado, e escolhido com grande sagesa as pessoas certas para os lugares certos, desataram a ter comportamentos estranhos e a fazer asneiras.

Como é que se explica, por exemplo, que aqueles que deram a Cavaco três vitórias sucessivas o que só foi prova de bom-senso e intuição política tenham descarriado e desatinado a eleger pessoas como Soares, Guterres ou Sampaio?

Há que pôr termo a esta confusional e escandalosa situação.

Portugal caminha para uma ditadura, alerta Marcelo, o grande timoneiro da oposição. Portugal está a ser dominado por um poder absoluto e persecutório, acusa Portas, o jaguar da AD.

Portugal já só tem democracia na Madeira, berra Jardim, o insular.

É verdade.

Eles têm razão.

Há, pois, que tomar medidas drásticas e urgentes para repor a ordem natural das coisas.

«Para grandes males, grandes remédios». É «olho por olho, dente por dente» que o país está cego e o dente cariado.

Antes de mais, é preciso fazer uma sindicância às eleições dos últimos anos, detectar chapeladas e prender os culpados.

Aliás, os últimos 25 anos só foram nefastos para a democracia portuguesa.

Porque raio é que Soares não ficou nas Seychelles, a cavalgar tartarugas, em vez de andar por aí à solta, no Vau, em Nafarros, ou em Marte? Por que carga de água é que Sampaio deixou o seu escritório de advogado, onde ganhava mais do que em Belém, e ciranda por aí a falar com os portugueses em vez de estar no seu posto de trabalho, à secretária, ou a receber embaixadores?

Porque é que Guterres, que até é bem-amado na Europa e fala uma data de línguas, não vai para Bruxelas, em vez de estar aqui obrigado a falar só em português.

Porque é que Almeida Santos não ficou em Moçambique a cantar o fado e a banhar-se em belas praias?

É elementar e óbvio que estes «cavalheiros» (como diria um conhecido democrata funchalense) só estão aqui a atrapalhar, a comprometer o futuro de Portugal, a congeminar uma nova e terrível ditadura.

E o pior é que o estúpido do eleitorado ainda não percebeu com quem está metido. Como disse Daniel Filipe, «preciso avisar

toda gente». Ou, como cantou o Zeca, «o que faz falta é avisar a malta».

Há PS a mais.

Em Belém.

Em São Bento.

No Parlamento.

Nas câmaras municipais.

E, até, nos Açores.

É preciso acabar com isto.

É preciso que os militares mesmo que com «quorum» reduzido em capitães e cada vez menos soldados façam um novo 25 de Abril. Porque, o outro, ao fim de um quarto de século, já perdeu o prazo de validade, como os antibióticos.

Finalmente, é imperativo nacional que o PSD, o CDS-PP, o PCP, o PEV (e até a AD), que são a maioria, assumam as suas responsabilidades no Parlamento e aprovevem urgentemente uma lei-travão às quatro rodas, isto é, às quatro eleições:

Art. 1º (Eleições Legislativas)

a) Nenhum partido pode usufruir, no Parlamento, de maioria absoluta;

b) Se, por erro ou distração dos eleitores isso vier a acontecer, o número excedente dos deputados eleitos será distribuído pelos restantes partidos de acordo com o método proporcional de Hondt.

Art. 2º (Eleições Presidenciais)

a) As próximas eleições para a Presidência da República poderão concorrer todos os cidadãos maiores de 35 anos;

b) Estão expressamente excluídos dessa participação todos aqueles, ou aquelas,

cujos nome próprio comece pela letra J. Art. 3º (Eleições para o Parlamento Europeu)

Os candidatos às próximas eleições para o Parlamento Europeu deverão obedecer às seguintes condições:

a) Serem menores de 70 anos;
b) Nunca terem estado presos ou exilados, o que os tornaria pouco recomendáveis;
c) Não participarem em programas de televisão, excepto em emissões que se realizem entre as cinco e as sete da manhã.

Art. 4º (Eleições Autárquicas)

a) Os candidatos às eleições de 2001 para as câmaras municipais terão de ter nomes próprios cuja primeira letra corresponda à primeira letra do nome do município a que concorrem;

b) Exemplificando, para ajudar os de leitura rápida: em Lisboa poderão candidatar-se Luíses, Luísa, Laurindas, Lauros, etc.; no Porto, idem: Porfínios, Pedros, Patrícios, etc.

Art. 5º (Incompatibilidades)

a) Um mesmo partido não pode vencer mais do que uma eleição;

b) Assim, o que ganhar as legislativas, está impedido de vencer nas autárquicas;

c) Quem ganhar as autárquicas, não pode concorrer às europeias;

d) Quem vencer as europeias terá de, vitaliciamente, fixar residência em Bruxelas;

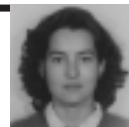
e) Ficará impedido de voltar a Portugal, mesmo no Natal.

A Bem da Nação.

In «Expresso»

ECONOMIA

Ana Castanheira



REFLEXÕES SOBRE «O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO»

Num contexto em que os processos de internacionalização têm vindo a ser determinados pela dotação de factores de produção e a dimensão e o grau de eficiência dos mercados locais, o fenómeno de internacionalização acaba por tomar a forma das vantagens competitivas domésticas, e pequenas economias periféricas e em vias de desenvolvimento poderão vir a confrontar-se com dificuldades várias neste grande processo de inserção internacional.

A progressiva globalização das economias em simultâneo às novas economias da informação, veio dar um novo enquadramento internacional. O fenómeno da internacionalização já não corresponde única e exclusivamente a uma expressão das vantagens competitivas nacionais, mas também e especial-

mente à capacidade das empresas em integrarem conhecimentos e estabelecerem relações de cooperação com parceiros estratégicos.

O sistema financeiro tem também ele vindo a permitir todo este processo de internacionalização das empresas através do seu percurso dinâmico de integração no enquadramento da globalização permitindo alianças estratégicas com parceiros estrangeiros, numa tentativa de internacionalização das empresas com o exterior, partilhando de uma experiência acumulada, numa procura de como «pensar global».

O euro, uma vez já tomando a forma de um processo de integração dos espaços económicos nacionais, constitui um passo decisivo no processo de consolidação do Mercado Único e, portanto reforça, e acelera este processo de integração de

mercados.

Por outro lado, um processo de internacionalização é normalmente muito longo e exigente em recursos financeiros e incerto quanto aos seus resultados, concretamente no que diz respeito às suas consequências sociais. O elevado desemprego é preocupante. Todo este percurso será posto em causa se não se melhorar as condições de vida da população geral, o que passa necessariamente por melhores condições de saúde e por uma diminuição do desemprego. Caso contrário poderemos vir a assistir a um retrocesso de todo este processo, ao isolacionismo político e económico e abrir caminho aos conflitos internacionais.

Internacionalizar já não é mais projectar as vantagens ganhas no país, nem um reflexo da performance das economias, mas sim a capacidade de integrar sabe-

res dispersos num espaço mundializado e criar as condições para a sua partilha quer com aliados estratégicos quer com toda a população localmente.

As Pequenas e Médias Empresas, para além do peso que têm na economia portuguesa, poderão constituir um elemento catalisador do crescimento económico e permitir um enorme potencial na criação de empregos qualificados e deste modo conseguir efeitos indutores no tecido económico nacional.

Com uma correcta apropriação de saberes e competências, as empresas localizadas nas pequenas economias periféricas e em vias de desenvolvimento terão maiores probabilidades de obterem sucesso nos seus processos de crescimento sustentado e deste modo melhor preparadas para fazer face a todo este processo de internacionalização.



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Gravuras em Albufeira

Na Galeria Municipal estará patente ao público, diariamente das 10 e 30 às 17 horas, a partir de sábado e até ao dia 18 de Abril, uma mostra de gravuras dos finalistas da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa.

No mesmo dia, pelas 21 e 30, assista à estreia, no Auditório Municipal, da peça «A Cantora Careca», de Eugène Ionesco, a cargo do Grupo Cénico Quatro Ventos. O espectáculo repete-se no domingo, dia 28, no mesmo local e horário.

Debate em Coimbra

No âmbito rubrica «As Quintas Vozes na Música», assista, hoje, às 22 horas, na Casa Municipal da Cultura, ao espectáculo «A Máquina Lírica», com a soprano Anabela Duarte e a pianista Vera Prokic. A Feira das Velharias volta, como sempre, à Praça Velha, no sábado, dia 27. Também para sábado, último dia da III Semana das Repúblicas, está programado o debate «Repúblicas: Passado, Presente e Futuro», em que intervirão os antigos e actuais «republicanos», desencadeando uma discussão com base nas experiências de cada um em diferentes períodos da história da academia.

No domingo faça uma visita turística à Freguesia de Trouxemil, participando no espaço «A Mesa com as Freguesias». Não esqueça que a exposição sobre Almeida Garrett, que se encontra aberta ao público na Torre D'Anto, termina no dia 31.

Recital em Fafe

«As Aventuras da Turma da Mónica» é o filme de animação a que os seus filhos poderão assistir, hoje, às 10 e 30 ou às 15

horas, na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian.

Para os mais velhos o Estúdio Fénix exhibe, este fim-de-semana, a fita «Contra Todos», em duas sessões: às 15 e 30 e às 21 e 30.

«Música em Diálogo» está de volta, amanhã, com o Coro dos Pequenos Cantores de Coimbra, num recital onde serão recitadas obras de Bach, Gershwin, Mozart, Verdi e Beethoven, entre outros.

Ciclo em Faro

O ciclo de cinema «A Gente Diverte-se» termina esta semana com duas exhibições. Assim, amanhã, no Cineclube, veja «É Sempre a Mesma Cantiga», do francês Alain Resnais.

Três dias depois, na segunda-feira, não perca «Gato Preto, Gato Branco», de Emir Kusturica.

A fechar o ciclo, em data ainda por confirmar, será exibida a mais recente realização de Leo McCarey, «O Extraordinário Senhor Ruggles».

Festival em Guimarães

A partir de amanhã e até ao final do mês, terá tempo para levar os seus mais pequeninos ao Cinema São Mamede, onde estará em exibição «Babe – O Porquinho na Cidade».

O Festival de Inverno termina sábado, com a apresentação, no Auditório da Universidade do Minho, de «Segredos Públicos». «Os Vampiros», de John Carpenter, chegam, no dia 30, pelas 21 e 30, ao mesmo local.

Literatura em Lisboa

As salas de cinema lisboetas voltarão a

exibir um os rostos conhecidos de alguns veteranos da actuação.

Amanhã estreiam em cartaz «Message In a Bottle», de Luis Mandoki, com Kevin Costner, Robin Wright Penn e Paul Newman.

Outra debutante será a fita de John Dahl, «Roulers – A Vida é um Jogo», com Matt Damon, Edward Norton John Turturro e Gretchen Mol nos principais papéis.

Os textos do Padre António Vieira estão a ser encenados às terças e quartas-feiras, na «Delegação Regional de Lisboa do IPJ, por Carlos Encarnação, em duas sessões diárias, uma às 10 horas e a outra pelas 14 e 30.

O espectáculo, concebido como um instrumento de apoio pedagógico para os programas de Português e História do ensino secundário, visa aprofundar o estilo barroco português.

Teatro em Mação

O Festival de Teatro começa hoje, às 14 horas, prolongando-se até ao domingo, dia 28.

Em cena estarão peças de Gil Vicente, Raúl Brandão, Ricardo Fonseca, Carlos Piecho, Jaime Salazar Sampaio e José Faustino. Destaque para a conferência «Um Olhar Sobre o Teatro», a realizar amanhã, pelas 15 horas.

Conferência em Portimão

«Março Jovem» é o nome genérico dado a todo um conjunto de actividades a realizar, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Juventude, a partir de hoje e até ao dia 31.

Amanhã junta-se às festividades que assinalam as comemorações do 25º aniversário do 25 de Abril. Para começar haverá uma conferência, na Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes, intitulada «A Revolução e a Questão Política».

Exposição canina em Santarém

As festividades tradicionais da cidade terminam este fim-de-semana. Assim, no sábado, das 9 às 17 horas decorrerá, no Pavilhão Desportivo Municipal, o Torneio Ibérico de Judo.

No domingo, os amantes do melhor amigo do homem poderão deliciar-se, no centro de exposições com a primeira mostra canina internacional de Santarém.

Jazz em Setúbal

A Temporada de Música e Dança'99 traz, amanhã, um concerto de jazz a cargo do Kenny Werner Trio.

SUGESTÃO

Shakespeare in Love

O drama do holocausto estava em maioria, mas a Academia de Hollywood deu a sua preferência à comédia romântica de John Madden, «Shakespeare in Love», ou, como dizem os portugueses, «A Paixão de Shakespeare».

Ao todo foram sete estatuetas douradas as arrecadadas pela fita que num exercício de sátira imaginária pretende retratar as contradições e os jogos de poder, mesmo e sobretudo no mundo das artes, no século XVI, a época em que a «Rainha Virgem», Elizabeth, foi quase tão famosa como nos nossos cinematográficos dias. Aos Óscares para a melhor actriz e para a melhor actriz secundária, seguiram-se outros quatro galardões que reconheceram a qualidade do guarda-roupa, da direcção artística, do argumento original, do género comédia-musical.

O somatório final trouxe para a equipa que produziu, realizou e interpretou um burlesco e engenhoso devaneio sobre a sexualidade inspiradora do pai de «Romeu e Julieta» o mais apetecido prémio da noite da última entrega de Óscares deste século, o prémio Oscar ao melhor filme.

Tendo ou não concordado com a votação da mediática academia norte-americana, é preciso reconhecer que «A Paixão de Shakespeare» reúne todos os condimentos de um prato forte e deliciosamente irresistível.

A não perder!

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Cão

Cão passageiro, cão estrito, cão rasteiro cor de luva amarela, apara-lápis, fraldiqueiro, cão liquefeito, cão estafado, cão de gravata pendente, cão de orelhas engomadas, de remexido rabo ausente, cão ululante, cão coruscante, cão magro, tético, maldito, a desfazer-se num ganido, a refazer-se num latido, cão disparado: cão aqui, cão além, e sempre cão.

Cão marrado, preso por um fio de cheiro, cão a esburgar o osso essencial do dia-a-dia, cão estouvado de alegria, cão formal da poesia, cão-soneto de ao-ão bem martelado, cão moído de pancada e condóido do dono, cão: esfera do sono, cão de pura invenção, cão prefabricado, cão-espelho, cão-cinzeiro, cão-botija, cão de olhos que afligem, cão-problema...

Sai depressa, ó cão, deste poema!

Alexandre O'Neill



Exposição

Acção Socialista 20 Anos

Abril, lembrar o passado e construir o futuro em Liberdade!

Até 28 de Março
Sede da Federação Distrital do PS/Porto

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira



NÃO SÓ OS INQUÉRITOS, MAS ESSENCIALMENTE A AGENDA 2000

A última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito aos chamados «Negócios do Governo PS», realizada em 23 de Março último, teve um desfecho importante e interessante. O relatório relativo ao Grupo Grão-Pará/Autodril foi alterado de forma expressa e significativa, acabando por as conclusões mencionarem explicitamente que não houve qualquer perdão fiscal. Votaram (ou votámos) entretanto algumas das conclusões propostas pelos deputados do PP que por razões talvez diferentes das nossas, mas movidas pela busca da verdade queriam também afastar suspeitas sobre o acordo celebrado entre o Estado e o Grão-Pará. Quanto ao relatório sobre o «dossier» política energética e as alterações de gestores nessa área, os deputados socialistas propuseram sucessivas alterações na matéria de facto e de direito constante do Relatório, corrigindo-o no sentido de uma maior aproximação à verdade. Mas bastante mais insólito, surpreendente e positivo foi o que se passou na parte final das votações. Propus

se eliminassem as conclusões, já que nada de positivo traziam quanto ao apuramento da verdade. O que foi aceite pela Comissão de Inquérito, tendo o tal quinto relatório ficado sem conclusões. Depois, veio o mais surpreendente: na votação final do relatório, nós socialistas abstivemo-nos, tendo os comunistas feito o mesmo; como toda a direita votou contra, o relatório sumiu-se pelo cano, o que aliás era razoavelmente justo. Assim ficou destruída mais uma das maquinações maquiavélicas do Prof. Marcelo. Enquanto a oposição de centro-direita faz o Parlamento perder tempo com estas manobras, o primeiro ministro trata em Berlim de assuntos realmente importantes. A discussão da Agenda 2000 e dos Fundos Estruturais tem efectivamente uma grande importância para Portugal. No quadro desta discussão, a que a Cimeira de Berlim procede em 24 e 25 deste mês, está realmente em causa a concretização, no futuro, do princípio da coesão económico-social europeia. O que está em jogo é relevante. Importa perceber que o próprio avanço do crescimento

português cria alguns problemas advenientes do próprio sucesso desse processo de crescimento. A ameaça de redução de Fundos para Lisboa e Vale do Tejo é real, estando em curso a negociação de uma adequada transição para essa região, no que concerne ao objectivo Um do FEDER. Por outro lado, o alargamento da União Europeia aos países do leste e centro da Europa trará certamente despesas acrescidas, já que a esmagadora maioria desses países tem rendimentos «per capita» bastante baixos quando comparados com a média europeia. E não se pode defender que a coesão funcione unicamente para os Estados que já estão na União. Trata-se pois de um xadrez extremamente complexo. Confiamos na capacidade de negociação do Governo. A complexidade da solução a encontrar terá que, mantendo ou reforçando a coesão económico-social europeia, satisfazer equilibradamente os interesses dos diferentes países e garantir condições para o alargamento da União. É esse o desafio! É essa a dificuldade!

«Os problemas que preocupam o cidadão são, no entanto, os que não preocupam o mercado: segurança, saúde, educação, valores...»

Carlos Fuentes
Visão, 18 de Março

«A continuarem as actuais políticas económicas – adverte o Banco Mundial – o número de pobres duplicará nos próximos 30 anos. A globalização que se perspectiva é, afinal, a da pobreza.»

Idem, ibidem

«A maioria do capital actual (80 por cento) não cria riqueza, nem trabalho, nem educação, nem cultura.»

Idem, ibidem

«O António Guterres é uma simpatia para toda a gente. É o "menino bom". Com certeza que é uma pessoa boa.»


Maria Iva Delgado,
viúva do General Sem Medo
Público, 21 de Março

«Nós todos agradecemos a Mário Soares a sua disponibilidade para participar na lista do PS.»

Jaime Gama
Diário de Notícias, 21 de Março

«Jorge Coelho e António Vitorino são as grandes vedetas políticas.»

Idem, ibidem



Portugal Socialista
Órgão Central do Partido Socialista

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz